



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DE GESTÃO**



CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADORA
Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADORA
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
José António Andrade Ferreira

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Jaime Manuel da Silva Pinho

VEREADOR
Paulo Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA
Paula Cristina Romão Pereira

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	13
CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	18
1. Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia.....	19
2. Maiambiente, E.M.	19
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	19
4. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A.	20
5. Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. – em liquidação.....	20
6. Fundação Conservatório de Música da Maia	20
7. Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO.....	21
8. MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A.	21
ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	23
BALANÇO CONSOLIDADO	25
ATIVO.....	29
Imobilizado	29
Circulante	31
Disponibilidades.....	31
Dívidas de terceiros	32
Acréscimos e diferimentos ativos	34
PASSIVO	34
Dívidas a Terceiros.....	34
Acréscimos e Diferimentos Passivos.....	38
FUNDOS PRÓPRIOS.....	38
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	41
INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	47
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS	53
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	55
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	57
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:.....	57
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:.....	59
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:	59
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:	61
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:.....	62
8.2.6. Informações relativas a compromissos:.....	63
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:.....	65
8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:.....	67
8.2.9. Informações diversas	75



ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS	79
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	91



maia

CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

O grupo como um só

Num esforço permanente de ajustamento a uma envolvente em constante mutação, os Municípios, na busca de se recriarem permanentemente em resposta às atribuições e competências cada vez mais amplas que continuamente lhe são acometidas, foram eles próprios transformando-se à medida das necessidades que a História recente do poder local, no formato em que hoje o conhecemos, foi exigindo.

As estruturas organizacionais em que assenta sofreram ajustamento não só no sentido de corresponder às novas necessidades (produção de novos bens e serviços públicos), mas sobretudo no sentido de o fazer com recurso a uma lógica de gestão pública local cada vez mais eficiente e eficaz, em que o uso de recursos públicos é feito com uma consciência cívica cada vez maior.

Desse ajustamento resultou, em muitos casos, um novo modelo organizacional, em que o Município (figura central) se faz acompanhar com entidades distintas de si, para as quais transfere parte da sua atividade. Estas entidades *satélite*, por vezes de cariz empresarial, são de algum modo controladas pelo Município (mãe) que, por sua vez, administra emanando para tal diretrizes de atuação do coletivo no interesse do grupo municipal como um todo.

Uma perspetiva global da posição financeira do grupo não pode, por essa razão, ser assegurada pela simples apreciação agregada das prestações de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A performance económica e financeira do coletivo que compõe o grupo municipal não pode ser obtida da mera soma das posições individualizadas dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas (incluindo a do município), por mais detalhados que estes possam ser, não substituindo de maneira alguma uma apreciação financeira integrada, tão pouco uma visão completa e suficiente para a tomada de decisão e a definição de uma estratégia.

A consolidação de contas municipais, legalmente prevista e obrigatória nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, revela-se assim uma parte fundamental da documentação necessária à compreensão cabal da posição financeira do Município da Maia enquanto Grupo, fornecendo as demonstrações económicas e financeiras que seriam obtidas como se de uma única entidade se tratasse eliminando-se assim os saldos e fluxos intra-grupo.

Também assim se possibilita uma correta avaliação do grau de risco financeiro, bem assim como o controlo e a coordenação entre as diferentes participadas, assegurando uma tomada de decisão mais informada e consciente (particularmente no que respeita aos limites impostos ao défice público a que o Município está também sujeito).

Relativamente ao exercício em apreço, 2018, assinala-se a ausência de alterações às disposições legais sobre esta matéria, permanecendo o disposto no RFALEI. No que se refere aos procedimentos e métodos de consolidação, o artigo 75.º, n.º 8, do mesmo diploma prevê: «Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público

administrativo.». É possível concluir daqui que continua a ser aplicável a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*”.

Assim, e à semelhança do que tem vindo a fazer-se desde 2010, apresenta-se a consolidação de contas do Grupo Municipal da Maia, reportada neste caso ao final de 2018, fornecendo-se informação financeira comparativa reportada ao exercício anterior na generalidade da análise e dos quadros que a suportam (ou num espectro mais alargado, sempre que tal seja considerado relevante).

À semelhança do documento produzido em anos anteriores, mantém-se inalterada a estrutura do relato assente em três de grandes capítulos:

1. Um capítulo inicial com a definição das premissas em que assenta o processo de consolidação - desde logo, o enquadramento legal e os critérios subjacentes ao processo contabilístico de consolidação, bem assim como a definição e caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
2. Um segundo capítulo, cujo conteúdo versa sobre a análise de natureza económico-financeira propriamente dita, integrando o balanço consolidado e a demonstração consolidada de resultados, bem como uma apreciação geral da situação económica do agregado que compõe a “família” municipal.
3. Para o terceiro (e último) capítulo, são remetidos documentos e notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas. Sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, e encerrando um relevante compêndio de informações complementares, são simultaneamente facilitadoras de uma melhor compreensão da posição patrimonial do Município (enquanto grupo), bem assim das variações ocorridas no seio do mesmo no exercício em apreço.

Por último, neste relatório, insere-se a certificação legal das contas consolidadas.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A composição do grupo municipal tem sido, regra geral, pautada desde 2010 pela estabilidade. Excecionam-se os exercícios de 2013 e 2014 em que, por inerência da alteração do quadro legal que a conforma (entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no seu art.º 75º e seguintes), o perímetro de consolidação obrigatório do Município da Maia se alargou significativamente.

Esta mudança de critério de determinação do perímetro de consolidação, pautada pela elevação do controlo detido sobre as entidades participadas ao estatuto de variável determinante para a inclusão no perímetro de consolidação, revelou-se particularmente sensível em 2014, a partir do qual passaram a ser incluídas entidades que até então não relevavam para este efeito: os Fundos de Investimento Imobiliário e a Fundação Conservatório de Música da Maia (detidos a 100%), a TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. EM (detida maioritariamente) e ainda a MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA e a PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A. (com uma participação residual no capital social).

Em 2018 não houve alteração às disposições legais que emolduraram esta matéria, donde resultou a 31 de dezembro de 2018 a seguinte composição do **grupo público municipal**:

1. Pelo município (entidade-mãe);
2. Pelos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMAS);
3. Pelo conjunto de todas as empresas locais que integram o setor empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, e
4. Pelo conjunto de entidades detidas e controladas de forma direta e indireta.

Não obstante a estabilidade que tem caracterizado a moldura legal que tem enquadrado esta matéria desde a entrada em vigor do RFALEI, a dinâmica decorrente da atividade normal das entidades que, nalgum momento deste percurso, integraram o grupo conduziu a pequenos ajustes de recomposição do mesmo desde 2014. Concretamente, traduziu-se esta dinâmica na saída de entidades do perímetro entidades extintas em anos anteriores àquele sobre o qual versa este relatório (Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EEM, Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior e PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. Em Liquidação, respetivamente em 2015, 2016 e 2017), a que se junta em 2018 o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, cuja dissolução e liquidação se deu por concluída em setembro do próprio período.

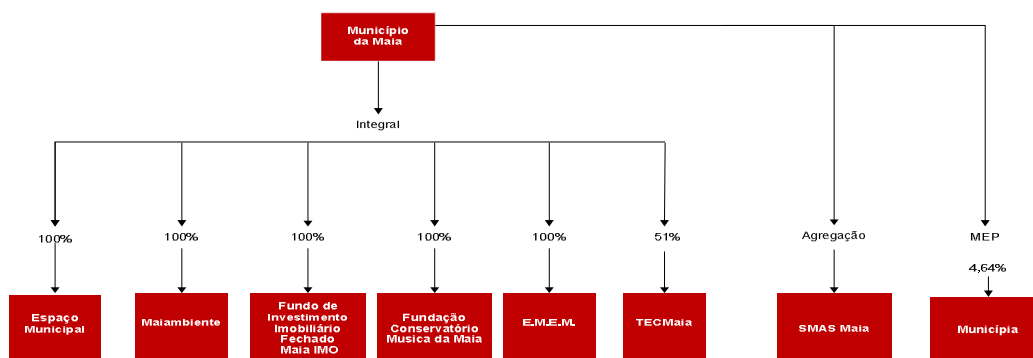
Não tendo sido possível encerrar no exercício o processo conducente à extinção da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. Em Liquidação, esta participada permanece, por essa razão, incluída no perímetro de consolidação do grupo municipal.

Em face dos considerandos que atrás se referiu, o perímetro de consolidação do Município da Maia a 31 de dezembro de 2018 exhibe a seguinte composição:

Quadro 1

PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO			
ANO 2018			
Identificação da Empresa	Sigla	%	Custo de Aquisição
Serviços Municipalizados de Águas, Electricidade e Saneamento da Maia	SMAS Maia	n.a.	n.a
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	E.M.E.M	100%	124.699,00
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Maiambiente	100%	1.496.394,00
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão Património, E.M.	Espaço Municipal	100%	12.811.338,00
Fundação Conservatório de Música da Maia	FCMM	100%	25.000,00
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Tecmaia	51%	2.799.390,00
MUNICIPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Municipia	4,64%	150.199,00
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado "MAIA IMO"	FEIF Maia Imo	100%	6.000.000,00

Organograma do grupo



Relativamente ao método de consolidação, têm vindo a ser adotados, desde 2015, os seguintes métodos adequados às entidades individualmente consideradas:

- Método da simples agregação para os Serviços Municipalizados;
- Método de consolidação integral para todas as entidades detidas em mais de 50% (entidades do Setor Empresarial Local, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundação Conservatório de Música da Maia);
- Método da equivalência patrimonial para as restantes entidades que fazem parte do perímetro de consolidação – no caso, apenas a MUNICIPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

A escolha dos métodos mais adequados a cada caso redonda da conjugação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais com a Orientação n.º 1/2010 (publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho) e, bem assim, com as instruções para a Consolidação de Contas pelos Municípios publicadas pela Direção Geral das Autarquias Locais, em 11 de abril de 2011.

Mais se dá nota, por último, de que se assegurou a partilha, pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, do mesmo plano de consolidação, acautelando-se *a priori* a correspondência entre o Plano de Consolidação e o Plano de Contas individual.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO
DE CONSOLIDAÇÃO

1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA

Os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criados em 9 de Agosto de 1947, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

2. MAIAMBIENTE, E.M.

A Maiambiente EM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente atividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

3. EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel.

No âmbito do seu objeto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização direta ou indireta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, diretamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a atividade de transporte coletivo de passageiros dentro da área do Município da Maia.

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e administrativa, bem como constituir outras pessoas coletivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

4. ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M., S.A.

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

O seu objeto principal foi alterado em 2015, passando a incluir a gestão condominial de parques empresariais além das atribuições que já detinha, por delegação da Câmara Municipal da Maia: a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em ações de renovação e de requalificação urbanística.

5. TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA, S.A., E.M. – EM LIQUIDAÇÃO

A Empresa Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. – é uma sociedade anónima detida atualmente em 51% do seu capital pelo Município da Maia e nasceu, como projeto, em 1999 resultante da deslocalização da Texas Instruments e da Samsung de Portugal. Teve como objeto principal da sua atividade o arrendamento de imóveis.

Na Assembleia Geral Anual da sociedade Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., EM, que teve lugar no dia 30 de abril de 2015, foi aprovada a dissolução da empresa, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Esta deliberação foi aprovada pelo órgão executivo do Município e homologada pela Assembleia Municipal em 30 de dezembro de 2015.

6. FUNDAÇÃO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA

A Fundação Conservatório de Música da Maia foi constituída em 09 de janeiro de 2003 e tem como atividade principal a gestão do Conservatório de Música da Maia.

A titularidade do capital fundacional passou para a alçada do Município da Maia por força da alteração de estatutos (aprovada por unanimidade e publicada em Diário da República na Deliberação n.º 729/2014 de 19 de março), alteração essa decorrente da entrada em dissolução e liquidação da entidade instituidora original, a Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EEM.

A Fundação foi formalmente reconhecida enquanto tal pelo senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, por via do Despacho n.º 13.476/2009 de 9 de junho (retroagindo a 22/02/2008).

7. FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO MAIA IMO

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO iniciou a sua atividade em 31 de dezembro de 2008, é detido a 100% pelo Município da Maia, e tem como principal objetivo a obtenção de uma valorização crescente do capital investido (no médio e longo prazo) através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia.

A administração, gestão e representação do Fundo compete à Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

A política de investimento é a de aquisição de prédios urbanos destinados a comércio e serviços e ao desenvolvimento de projetos de construção para posterior arrendamento ou alienação.

O objetivo do Fundo consiste assim em alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital em obediência a sãos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de Gestão. Neste contexto, o Fundo tem em vista o investimento num conjunto de património disperso no Concelho da Maia, parte do qual será destinado a arrendamento e, outra parte será destinado ao desenvolvimento de projetos imobiliários compatíveis com o PDM do Concelho da Maia. A política de investimento compreenderá, nomeadamente, investimento para a aquisição de imóveis destinados a habitação, comércio, armazéns, instalações fabris, equipamentos, escritórios, turismo ou lazer, desenvolvimento de projetos de promoção imobiliária e projetos de reabilitação e revitalização urbana.

Foi ratificada, no decurso de 2018, em reunião de Câmara de 03/09/2018, a proposta de aprovação das condições tendentes à prorrogação do respetivo fundo por 5 anos (2023).

8. MUNICIPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M. S.A.

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. foi constituída em 1999 e tem por objeto de atividade a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, assim como o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (conceção, consultoria, formação), bem assim como a prestação de serviços energéticos (consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética).

Inclui-se ainda na sua atividade a comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias locais titulares da função acionista, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A Município, E.M., S.A. rege-se pelos seus estatutos e pela legislação aplicável ao setor empresarial local.



maia

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA



Inicia-se a incursão pela posição patrimonial do grupo autárquico, ao momento do fecho de 2018, pela apresentação primeira do Balanço.

Este quadro, pela sua forma e pela natureza da informação que o compõe, divulga simultaneamente o Ativo controlado pelo Grupo (composto de bens e direitos que, conjuntamente, perfazem a sua estrutura económica), bem assim como as fontes de financiamento que ponderadamente contribuíram para a formação deste – por via de Fundos Próprios ou, recursivamente, a capitais alheios (quantificados no Passivo).

Perspetivando de um outro ângulo, o Capital Próprio do Grupo quantifica com exatidão o montante do Ativo que remanesceria se, num cenário meramente hipotético, fossem liquidados todos os Passivos assumidos no momento do reporte – 31 de dezembro de 2018, no caso.

A estrutura do Ativo permanece inalterada face ao que se veiculou em relatórios de gestão anteriores, repartindo-se classicamente em Imobilizado – ou Ativo Fixo –, Ativo Circulante e Acréscimos e Diferimentos, enquanto o Passivo se subdivide em Provisões para Riscos e Encargos, Dívidas a Terceiros e Acréscimos e Diferimentos (passivos).

Quadro 2

BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	507.214.634	100,00%	506.132.790	100,00%	1.081.845	0,21%
Imobilizado	459.911.987	90,67%	462.728.377	91,42%	-2.816.390	-0,61%
Circulante	41.663.306	8,21%	38.155.431	7,54%	3.507.876	9,19%
Existências	955.094	0,19%	961.856	0,19%	-6.762	-0,70%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	7.797.118	1,54%	6.379.015	1,26%	1.418.103	22,23%
Disponibilidades	32.911.094	6,49%	30.814.560	6,09%	2.096.534	6,80%
Acréscimos e Diferimentos	5.639.341	1,11%	5.248.982	1,04%	390.359	7,44%
Passivo	139.439.074	100,00%	160.247.409	100,00%	-20.808.335	-12,99%
Provisões para riscos e encargos	2.475.338	1,78%	3.575.328	2,23%	-1.099.989	-30,77%
Dívidas a Terceiros	69.889.394	50,12%	88.950.627	55,51%	-19.061.233	-21,43%
Médio e Longo Prazo	47.324.898	33,94%	61.794.405	38,56%	-14.469.507	-23,42%
Curto Prazo	22.564.495	16,18%	27.156.222	16,95%	-4.591.726	-16,91%
Acréscimos e Diferimentos	67.074.342	48,10%	67.721.454	42,26%	-647.112	-0,96%
Fundos Próprios	367.775.560	100,00%	345.885.380	100,00%	21.890.179	6,33%
Património	325.474.090	88,50%	325.199.883	94,02%	274.207	0,08%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-12.905	0,00%	-12.905	0,00%	0	0,00%
Reservas	23.881.181	6,49%	23.461.609	6,78%	419.572	1,79%
Resultados Transitados	7.449.413	2,03%	-7.905.472	-2,29%	15.354.885	194,23%
Resultado Líquido do Exercício	12.953.546	3,52%	6.731.269	1,95%	6.222.277	92,44%
Interesses não controlados	-1.969.765	-0,54%	-1.589.003	-0,46%	-380.762	-23,96%

Un.: Euros

Conclui-se da leitura do Balanço Consolidado do Grupo Municipal, que o Ativo Líquido Total no final do exercício de 2018 perfaz 507.214.634 €, mais (+) 1.081.845 € do que em 2017 a que corresponde um crescimento relativo de (+) 0,21%. O Ativo Bruto subjacente alcança o valor de 876.379.773 €

Em linha com o que tem sido constatado nos exercícios anteriores, bem assim como na performance individual da entidade consolidante (o Município da Maia), o Ativo Imobilizado prevalece como principal responsável pelos valores totais apurados, respondendo por 90,67% do Ativo líquido total. Para este último montante, contribui o Município com 429.911.907 €, a que corresponde uma ponderação de aproximadamente 86% do total.

No segundo membro do balanço, o Passivo e os Fundos Próprios do Grupo Municipal atingiram no final de 2018 respetivamente os montantes de 139.439.074 € e de 367.775.560 €, reforçando-se uma vez mais e em linha com o que tem sido constatado nos exercícios anteriores, a autonomia financeira, verificando-se ainda que para tal contribuem simultaneamente a redução do passivo e a valorização dos capitais próprios.

O passivo consolidado permanece no alinhamento da tendência desenhada pelos exercícios anteriores, observando entre 2017 e 2018 nova redução: uma variação de (-) 12,99 % no passivo global, recordando-se a este respeito o que sucedeu nas contas individuais do Município (detalhadamente analisadas no respetivo relatório de gestão, oportunamente apreciadas), cujo passivo observou uma diminuição em valor absoluto de (-) 6.405.840 €, reforçados por fatores decorridos no seio grupo com reflexo no passivo apenas ao nível consolidado, como sejam o impacto da dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe, associadas a diminuições sensíveis nos saldos de dívidas a fornecedores corrente de participadas.

Em termos de grupo, a variação do Passivo registada em valor absoluto foi de (-) 20.808.335 €, sendo as rubricas de Dívidas a Terceiros e Acréscimos e Diferimentos Passivos as que mais ponderam na formação do seu valor, respondendo por aproximadamente 98% do Passivo total. Pese embora esse facto, todas as parcelas que compõem o Passivo observam redução de valor no exercício, permanecendo as Dívidas a Terceiros como a maior contribuinte líquida para o montante aqui registado no final do exercício que agora se reporta.

No que respeita aos Fundos Próprios do grupo municipal, destaca-se o valor do Património que, totalizando 325.474.090 € (cerca de 88% dos Fundos totais), regista um aumento ligeiro no exercício. Já os Fundos Próprios apresentam-se ainda mais reforçados, (+) 21.890.179 €, cifrando-se a proporção destes relativamente ao Ativo em 73%. Este rácio (autonomia financeira) tem conhecido aumentos paulatinos desde 2014, registando-se desde então o seu aumento em (+) 11 %.

Concluindo esta apreciação genérica dos Fundos Próprios, reserva-se um apontamento ainda para a dedução correspondente ao lucro atribuível a outros detentores do capital da sociedade Tecmaia (designados por *Interesses Não Controlados*) que, por força do uso do método integral, têm de estar refletidos no Balanço do Grupo – no caso em concreto, permanecem com uma ponderação residual, em ambos os períodos em comparação, representando uma ponderação em torno de (-) 0,5% dos Fundos Próprios totais.

ATIVO

Imobilizado

Prosseguindo na apreciação individual de cada uma das componentes do Ativo, apresenta-se seguidamente o Quadro 3 a decomposição mais pormenorizada por subcomponentes da rubrica com maior ponderação: o Ativo Líquido Imobilizado.

Quadro 3

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL						
Descrição	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de Domínio Público	78.959.924	17,17%	85.708.620	18,52%	-6.748.695	-7,87%
Imobilizações Incorpóreas	1.132.719	0,25%	1.114.927	0,24%	17.792	1,60%
Imobilizações Corpóreas	365.789.876	79,53%	360.469.759	77,90%	5.320.118	1,48%
Investimentos Financeiros	14.029.468	3,05%	15.435.072	3,34%	-1.405.605	-9,11%
TOTAL	459.911.987	100,00%	462.728.377	100,00%	-2.816.390	-0,61%

Un.: Euros

Compondo-se de quatro parcelas (bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros), o Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal diminui entre os dois períodos em comparação (-) 2.816.390 €, correspondentes a um decréscimo de (-) 0,61%.

Das rubricas que constituem o Imobilizado, os itens de natureza Corpórea não só figuram no Balanço Consolidado com a maior porção (79,53%), como reforçam a sua posição no exercício, com (+) 5.320.118€. Seguidamente sucedem-se os Bens de Domínio Público (17,17%), surgindo depois os Investimentos Financeiros (3,05%), e por fim as Imobilizações Incorpóreas (com uma representatividade de 0,25%).

Verificam-se, comparativamente com a prestação de contas individual do Município para o mesmo exercício, os seguintes aspetos:

- Bens de Domínio Público e Investimentos Financeiros observam diminuições de valor em 2018, a primeira com soberana materialidade comparativamente com a segunda;
- Predominam as Imobilizações Corpóreas, com uma ponderação que se cifra no último reporte superior a 79%;
- A estrutura de contribuições relativas de cada componente segue similar estrutura e ponderação à registada a título individual pela entidade consolidante, nas suas contas anuais;
- Com ponderação residual (em ambos os casos não superior a 0,25%) figuram as Imobilizações Incorpóreas.

Espelhando o sucedido na performance individual do Município (única entidade que possui bens desta natureza), figuram com maior peso na variação global verificada no Ativo Líquido Imobilizado os Bens de Domínio Público – apresentando uma variação de (-) 6.748.695 €, por força do efeito das amortizações regulares do imobilizado correspondente, em linha com o exposto em sede de relato individual das contas da entidade.

Relativamente ao Imobilizado Corpóreo, rubrica com maior representatividade em valor absoluto no cômputo do Ativo imobilizado, exibe um incremento de (+) 5.320.118 €. Sabendo-se que individualmente o Município contribuiu com uma variação de (+) 12.979.438 €, verifica-se que grande parte desse efeito (8.013.342 €) fica a dever-se à retoma dos terrenos advindos do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, dissolvido e liquidado no terceiro trimestre do exercício, cujo impacto ao nível do património do grupo é nulo.

A este respeito convirá recordar ainda a predominância do item de Edifícios e Outras Construções (representa cerca de 75% do imobilizado corpóreo líquido), e cujas entradas desta feita superaram as amortizações e depreciações do período.

Em terceiro lugar, atenta a ordem de grandeza da variação em valor absoluto, apresentam-se os Investimentos Financeiros com uma redução de (-) 1.405.605 €, o que em termos relativos se traduz numa variação de (-) 9,11%. Destaca-se, no contributo para a variação observada nesta rubrica no exercício de 2018, as valorações das participações em entidades fora do grupo municipal, evidenciando-se o Fundo de Apoio Municipal (a que o Município está obrigado por força de lei) que conheceu, na sequência do texto legal do Orçamento de Estado para 2018, uma redução dos montantes anuais a realizar pelo Município da Maia quantificada em (-) 1.067.964 €. Com contributo materialmente relevante para o montante global apurado a título de Investimentos Financeiros, sobressaem ainda os Investimentos em Imóveis (detidos pela participada Espaço Municipal).

Por último, as Imobilizações Incorpóreas aumentam no exercício, aproximadamente (+) 1,6%, traduzindo uma variação observada contrária à registada nas contas individuais da participante, em que a rubrica diminui (-) 7.400 €.

Terminando a análise da componente do Imobilizado, ilustra-se o que por via de texto se procurou explicar com a inserção dos Gráfico 1 e Gráfico 2, porventura mais elucidativos.

Gráfico 1

Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal 2018

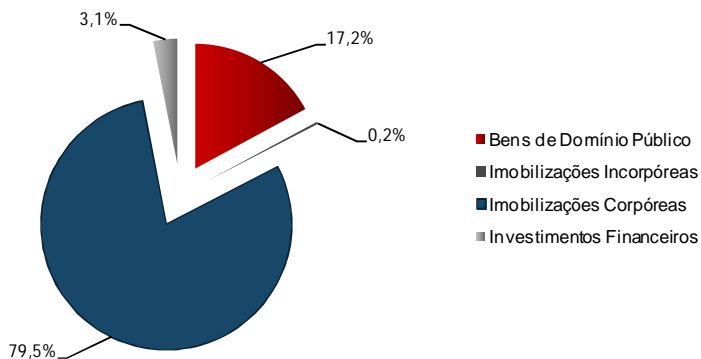
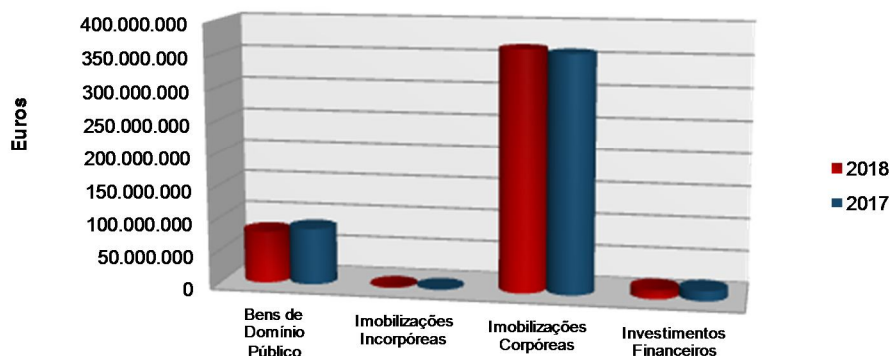


Gráfico 2

**Variação do Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal
2018/ 2017**



Circulante

O Ativo Circulante quantifica-se, no final de 2018, em 41.663.306 €, correspondentes a 8,21% do total do ativo líquido e compondo-se como habitualmente de existências, dívidas de terceiros e disponibilidades. Esta última parcela observa novo reforço de materialidade, respondendo por cerca de 79% do valor total do ativo circulante (e 6,49% de todo o Ativo Líquido).

Em conformidade com o que se relatou em documento oportuno distinto deste, verifica-se que tal como sucede a título individual na performance do exercício da entidade consolidante, aumenta a generalidade das rubricas que compõem o Ativo Circulante ao longo de 2018, excepcionando-se apenas as Existências: as Dívidas de Terceiros de curto prazo, (+) 1.418.103 €, e principalmente as disponibilidades, com (+) 2.093.534 €

Atento o interesse de que habitualmente se revestem, prossegue-se a análise às contas do exercício dedicando maior detalhe precisamente às Disponibilidades e Dívidas de Terceiros.

Disponibilidades

As Disponibilidades do Grupo Municipal totalizam, no momento do reporte, 32.911.094 €, crescendo (+) 6,8% face ao saldo do período homólogo. Este valor é alcançado pelo conjunto dos montantes detidos em Depósitos em Instituições de Crédito (32.454.334 €), em Caixa (201.760 €) e em Títulos Negociáveis (permanecendo inalterado face ao ano anterior, com um saldo de 255.000 €).

A dotação final de Disponibilidades do exercício resulta em parte (27.908.185 €) do saldo de gerência de operações orçamentais, isto é, ao montante da receita orçamental cobrada deduzida do valor total da despesa orçamental paga no exercício, somado ainda do saldo inicial). O Quadro 4 sistematiza de forma objetiva o cálculo efetuado.

Quadro 4

Ano 2018			
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			
	31-dez-18	31-dez-17	Variação %
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	30.597.216,42	30.095.130	1,67%
Execução orçamental	25.740.897,33	25.475.364	1,04%
Operações de tesouraria	4.856.319,09	4.619.766	5,12%
Receitas orçamentais	108.490.319,04	83.103.219	10,36%
Correntes	100.113.085,97	80.691.352	3,28%
Capital	8.346.494,99	2.405.016	247,05%
Outras	30.738,08	6.851	348,68%
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	106.323.030,88	82.620.342	8,38%
Correntes	75.917.784,36	54.440.645	8,63%
Capital	30.405.246,52	28.179.697	7,90%
Saldo final	32.911.094,42	30.814.560	6,80%
Execução orçamental	27.908.185,49	25.958.241	7,51%
Operações de tesouraria	5.002.908,93	4.856.319	3,02%

Un:Euros

Procurando sistematizar os movimentos de cariz financeiro ocorridos no seio do grupo municipal, na gerência de 2018, é observável o seguinte:

- Receitas orçamentais totalizaram 108.490.319 €, tendo 100.113.086 € origem em atividade de natureza corrente e 8.346.495 € de natureza de capital, correspondendo o remanescente (30.738 €) às reposições não abatidas nos pagamentos da entidade mãe e, residualmente, dos SMAS.
- Despesas orçamentais totalizaram 106.323.031 €, correspondentes a pagamentos de 75.917.784 € de despesas correntes e 30.405.247 € de despesas de capital.

Verifica-se uma vez mais que, entre os dois exercícios, aumenta o saldo das operações orçamentais do grupo, aproximadamente (+) 7,51%.

O valor contabilizado em Títulos Negociáveis não sofreu alterações no período em apreço, respeitando na íntegra, uma vez mais, a aplicações efetuadas pela empresa Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. em Outras Aplicações de Tesouraria.

Dívidas de terceiros

Os créditos brutos detidos pelo Grupo Municipal sobre terceiros (externos ao grupo), bem assim como as provisões associadas à parte destes créditos que apresentam risco de incobrabilidade (nos termos em que detalhadamente se expõe na alínea a) da nota 8.2.7 deste relatório) apresentam-se seguidamente, com o detalhe que parece necessário a uma correta compreensão do sucedido no exercício:

Quadro 5

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL								
ATIVO BRUTO								
	2018				2017			
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido		Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
			Valor	Peso %			Valor	Peso %
Empréstimos Concedidos	60.806	0	60.806	0,78%	68.089	0	68.089	1,07%
Client/Contrib./Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	12.648.492	8.387.339	4.261.154	54,65%	14.225.295	9.236.402	4.988.893	78,21%
Adiantamentos a Fornecedores	3.741	0	3.741	0,05%	35.739	0	35.739	0,56%
Estado e Outros Entes Públicos	350.221	0	350.221	4,49%	328.595	0	328.595	5,15%
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	4.851.177	1.729.981	3.121.196	40,03%	3.042.932	2.085.234	957.699	15,01%
TOTAL	17.914.437	10.117.319	7.797.118	100,00%	17.700.650	11.321.635	6.379.015	100,00%

Un. Euros

As Dívidas de Terceiros (valores brutos) detidas pelas entidades que compõem o grupo quantificam-se em 17.914.437 €. Deste montante representam risco para o qual foi constituída provisão no valor de 10.117.319 €, resultado da qual um saldo líquido apurado em 7.797.118 €.

Entre os dois períodos em comparação e conforme se referiu atrás, os saldos líquidos de Dívidas de Terceiros crescem (+) 22,23%, aumentando os valores brutos contabilizados do grupo (+) 1,21%.

As provisões para cobranças duvidosas, observando as regras legalmente aplicáveis, totalizavam até ao momento do reporte deste relatório o montante de 10.117.319 €. Em termos líquidos, o saldo de terceiros aumenta (+) 1.418.103 € entre o início e o fim de 2018, alinhado com o que sucedeu na esfera individual de atividade do Município.

Da análise do Quadro 5, sobressai o aumento dos saldos de Outros devedores (que, em termos brutos, se cifrou em (+) 1.808.245 €), mais do que triplicando o valor observado no período homólogo.

A este efeito, juntam-se as variações em Clientes, contribuintes e utentes conta-corrente (incluindo de cobrança duvidosa), que alcançam no fim de 2018 o montante de 4.261.154 €, (-) 727.740 € do que no início do exercício.

Com contributos residuais, aumenta ainda a rubrica de Adiantamentos a Fornecedores do grupo, Estado e Outros Entes Públicos e Empréstimos Concedidos, com variações líquidas respetivamente de (-) 31.998 €, (+) 21.625 € e (-) 7.283 €.

De novo se repristinam os considerandos tecidos em relatórios anteriores relativos à apreciação do Ativo Circulante, e em particular das Dívidas de Terceiros, dedicada aos Empréstimos Concedidos, dando conta de que respeitam exclusivamente a empréstimos concedidos pelo Município (entidade mãe) para financiamento e apoio às micro e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado pelo Município da Maia, enquanto entidade individual, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito – de que se dá ainda apontamento claro no relatório de gestão individual da entidade consolidante. Em termos relativos, esta rubrica observou uma diminuição de (-) 10,70%.

Acréscimos e diferimentos ativos

Em cumprimento do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, foram contabilizados no exercício de 2018 (no que ao Ativo diz respeito, designadamente nas rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos) os custos e proveitos que ao exercício sejam imputáveis, independentemente do momento (posterior) em que ocorra a correspondente transferência. Desse modo, foram quantificados os acréscimos e diferimentos ativos que seguidamente se demonstram no Quadro 6.

Quadro 6

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO		
	2018	2017
	5.639.341	5.248.982
Acréscimos de Proveitos	5.504.738	5.164.246
Custos Diferidos	114.037	60.289
Ativos por Impostos Diferidos	20.566	24.446

Un:Euros

Os ativos por impostos diferidos correspondem, à semelhança do que sucedeu em exercícios anteriores, direta e exclusivamente às diferenças temporárias dedutíveis na Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.

PASSIVO

O passivo consolidado do grupo municipal alcança, no momento do reporte deste relatório, o montante (-) 139.439.074 €. Este valor é predominantemente determinado pelas parcelas de Dívidas a Terceiros do Grupo Municipal, com um contributo de 69.889.394 € (50,15% do Passivo Total) e os Acréscimos e Diferimentos Passivos, com 66.985.786 € (48,07%). São de considerar ainda, com menor materialidade, as Provisões para Riscos e Encargos, que totalizam no final do exercício 2.475.338 €.

À semelhança do que sucede a título individual com o passivo da consolidante e amplificando-se os efeitos no cômputo global do grupo, constata-se uma redução do passivo apreciável: (-) 20.808.335 € em 2018, correspondente a (-) 12,99 %, obtidos a partir da redução simultânea ocorrida nas três componentes que deste fazem parte (Provisões para riscos e encargos, Dívidas a Terceiros, nas vertentes de curto e de médio e longo prazo e Acréscimos e diferimentos passivos).

Permanecendo o Município como o maior contribuidor para estes saldos, remete-se uma apreciação de maior pormenor da dívida do Município para capítulo específico do Relatório de Gestão das Contas Individuais.

Dívidas a Terceiros

Uma vez mais e com a mesma tendência do que tem sido alcançado em matéria de endividamento autárquico consolidado nos exercícios mais recentes, é manifesto o resultado do esforço contínuo

empreendido com vista à manutenção do passivo total – e, particularmente, das Dívidas a Terceiros – em níveis sistematicamente menores.

As dívidas a terceiros do grupo permanecem como a componente que mais pondera no passivo global, ditando assim uma sensibilidade apurada deste último às variações ocorridas na primeira.

A dívida titulada por terceiros junto das entidades do grupo municipal quantifica-se em 69.889.394 €, diminuindo entre os dois exercícios (-) 19.061.233 €. Em particular, denota-se a variação observada nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, (-) 14.469.507 €, correspondente a uma redução de (-) 23,42% face ao valor contabilizado no período homólogo.

Sendo este tema frequente objeto de particular interesse por parte de múltiplos destinatários da informação financeira veiculada no presente relatório, prossegue-se com a apresentação sob a forma de quadro de informação mais detalhada acerca da composição das Dívidas a Terceiros do Grupo Municipal.

Quadro 7

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL (*)					
	2018	Peso	2017	Peso	Variação 2018/2017
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	18.944.795	27,11%	30.096.858	33,84%	-37,05%
Fornecedores c/c - mlp	16.482.709	23,58%	17.090.948	19,21%	-3,56%
Fornecedores de Imobilizado mlp	261.399	0,37%	241.628	0,27%	8,18%
Fornecedores de Imobilizado - Credores das Administrações Públicas FAM - MLP	106.797	0,15%	1.281.557	1,44%	-91,67%
Estado e outros entes públicos	1.882	0,00%	0	0,00%	-
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias MLP	11.527.318	16,49%	13.083.415	14,71%	-11,89%
Sub-Total	47.324.898	67,71%	61.794.405	69,47%	-23,42%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo					
Amortizações de MLP exigíveis no Curto Prazo					-
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	6.839.613	9,79%	5.597.857	6,29%	22,18%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	608.239	0,87%	582.029	0,65%	4,50%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	0	0,00%	0	0,00%	-
Fornecedores de Imobilizado - Credores das Administrações Públicas FAM - Curto Prazo	213.593	0,31%	427.186	0,48%	-50,00%
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias CP	1.556.100	2,23%	1.418.408	1,59%	9,71%
Estado e Outros Entes Públicos - Acordo prestações	4.517	0,01%	10.542	0,01%	-57,15%
Empréstimos de curto prazo	267.728	0,38%	0	0,00%	-
Adiantamentos por conta de vendas	0	0,00%	8.164	0,01%	-100,00%
Fornecedores c/c (incluindo faturas em receção e conferência)	4.197.316	6,01%	7.712.771	8,67%	-45,58%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	242.571	0,35%	782.921	0,88%	-69,02%
Fornecedores de Imobilizado (incluindo faturas em receção e conferência)	1.247.914	1,79%	1.533.919	1,72%	-18,65%
Estado e Outros Entes Públicos:	501.054	0,72%	766.090	0,86%	-34,60%
Clientes e Utenes c/ cauções	2.270.230	3,25%	2.049.789	2,30%	10,75%
Outros Credores	4.615.621	6,60%	6.266.545	7,04%	-26,35%
Sub-Total	22.564.495	32,29%	27.156.222	30,53%	-16,91%
TOTAL	69.889.394	100,00%	88.950.627	100,00%	-21,43%

Un.:Euros

* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste passivo, por força da aplicação do Método de Consolidação Integral, o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo

Permanecendo a Dívida a Terceiros exigível num horizonte temporal superior a doze meses (tipificada como médio e longo prazo) responsável por aproximadamente dois terços das dívidas a terceiros totais, constata-se que é também esta que conhece maior redução entre os dois períodos: (-) 23,42%, correspondentes a (-) 14.469.507 €

A dívida a terceiros exigível no curto prazo, no valor de 22.564.495 €, surge também diminuída relativamente ao exercício anterior, (-) 16,91%, contrariando não só o que se verifica na esfera das contas individuais da empresa mãe, mas também a evolução que havia sido constatada entre 2016 e 2017.

Abandonando o critério utilizado no balanço, baseado no momento da exigibilidade dos montantes envolvidos, para agora proceder à apreciação das dívidas tituladas pelo grupo de acordo com a natureza de acordo com a qual as mesmas foram contratualizadas, lista-se no Quadro 8 a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal para a Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo (por natureza), cujo montante é responsável por 81% das dívidas a terceiros.

Quadro 8

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL									
Descrição	2018				2017				Variação
	Fornecedores c/c mlp	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	Estado e outros entes públicas	Valor	Peso	Valor	Peso	
Município da Maia	0	31.081.105	320.390	0	31.401.495	55,53%	35.545.569	50,91%	-11,66%
SMAS Maia	17.090.948	0	261.399	0	17.352.346	30,69%	17.914.604	25,66%	-3,14%
Empresa Metropolitana de Estacionamento	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-
Maambiente	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-
Espaço Municipal	0	2.251.810	0	0	2.251.810	3,98%	2.478.583	3,55%	-9,15%
Fundação Conservatório de Música da Maia	0	77.181	0	6.399	83.579	0,15%	78.239	0,11%	6,83%
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%	-
FEIF Maia Golfe	0	0	0	0	0	0,00%	8.345.160	11,95%	-100,00%
FEIF Maia Imo	0	5.457.729	0	0	5.457.729	9,65%	5.457.729	7,82%	0,00%
TOTAL	17.090.948	38.867.826	581.788	6.399	56.546.960	100,00%	69.819.885	100,00%	-19,01%

Un:Euros

A leitura atenta do quadro apresentado supra permite concluir que, de novo, a maioria do endividamento de médio e longo prazo do grupo advém da Câmara Municipal (55,54%), seguido pelo SMAS (com 30,69% do total, advindos em grande parte da dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988, que provavelmente conhecerá desenvolvimentos no decurso do exercício de 2019).

Seguidamente, figura o Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo, com uma dívida ligeiramente inferior a 10% do total do grupo. Espaço Municipal e Fundação Conservatório de Música da Maia respondem pela dívida restante, num total inferior a 5%.

Perspetivando-se já a evolução prevista para o exercício subsequente (2019), insere-se a título complementar novo quadro (Quadro 9) que quantifica a composição esperada da dívida desta natureza (independentemente da sua exigibilidade) ao fecho do exercício, partindo do pressuposto de que serão concretizadas as amortizações exigíveis a curto prazo que agora se estimam. Assim se concretizando o cenário que se afigura no momento presente como o mais provável, perspetiva-se uma redução do seu valor em (-) 16,31%.

De notar ainda que, na projeção da dívida de médio e longo prazo a 31 de dezembro de 2019, foi considerada a liquidação total do empréstimo bancário assumido pelo Município na dissolução e liquidação do FII Maia Golfe (de que decorreu a assunção da posição contratual deste Fundo no contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, no valor de 7.976.880,48 € e entretanto parcialmente amortizado no exercício corrente).

Quadro 9

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL				Ano 2018
Descrição	Capital em Dívida a 31/12/2018	Variações do período na Dívida	Capital em Dívida a 31/12/2019	
Município				
Empréstimos de Médio e Longo Prazo				
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	0	0	0	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	0	0	0	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	0	0	0	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	501.821	-501.821	0	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI - Tecmaia	5.111.111	-1.022.222	4.088.889	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	3.699.133	-342.599	3.356.533	
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	6.923.129	-911.532	6.011.596	
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	0	0	0	
Credores das Administrações Públicas FAM (a)	320.390	-213.593	106.797	
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias	10.857.471	-1.291.232	9.566.239	
Assunção da Posição Contratual do Empréstimo bancário com a CGD no montante de 7.976.880,48, no âmbito do processo de dissolução do FEIF Maia Golfe	3.988.440	-3.988.440	0	
	31.401.495	-8.271.441	23.130.054	
Espaço Municipal				
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendias	2.225.947	-264.868	1.961.079	
Locações Financ. - CGD - Contrato 1000095442	6.062	-5.408	654	
Locações Financ. - CGD - Contrato 100112496	19.801	-6.531	13.270	
	2.251.810	-276.808	1.975.003	
SMAS				
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	17.090.948	-608.239	16.482.709	
Fornecedores Imobilizado c/ cauções	261.399	0	261.399	
	17.352.346	-608.239	16.744.107	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia				
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Banco Comercial Português	0	0	0	
	0	0	0	
Fundação Conservatório de Música da Maia				
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56057827440	14.432	-9.501	4.931	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56059282118	32.749	-21.557	11.191	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 51009418307	0	0	0	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 51009536617	30.000	-30.000	0	
Estado e outros entes públicos - segurança social (Acordo prestações)	6.399	-4.517	1.882	
	83.579	-65.575	18.005	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo				
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	5.457.729	0	5.457.729	
	5.457.729	0	5.457.729	
Total	56.546.960	-9.222.062	47.324.898	

Un.: Euros

(a) Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 (que altera, entre outros, o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%. Conclui-se, por isso, que a parcela da participação no FAM que se encontra por realizar passará, em 2018, de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €

Acréscimos e Diferimentos Passivos

No respeito pelo princípio da especialização dos exercícios, resulta em 2018 a inclusão passivo do balanço (nos mesmos moldes já referidos na apreciação dos acréscimos e diferimentos ativos), das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos pelos montantes alocáveis ao período em análise, que totalizam 66.985.786 € e cuja decomposição se evidencia seguidamente.

Quadro 10

PASSIVO		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO		
	2018	2017
	67.074.342	67.721.454
Acréscimos de Custos	5.144.307	5.093.964
Proveitos Diferidos	61.930.035	62.627.491

Un:Euros

Mantendo a estrutura observada no período homólogo, os Proveitos Diferidos prevalecem, com um encargo que totaliza no final do exercício 61.930.035 € (contribuindo para este valor, em grande parte, os subsídios para investimentos, 57.587.792 €, oriundos sobretudo dos contributos individuais do Município e dos SMAS, a título de participações, oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados). A este respeito, cumpre ainda recordar que os valores aqui considerados são depois transferidos para proveitos do período, ao mesmo ritmo a que são contabilizadas as amortizações dos ativos por estes financiados.

A rubrica de Acréscimos de Custos exibe um aumento entre os dois períodos, quantificado em 50.343 €, traduzindo um crescimento de (+) 0,99%. Nesta rubrica pesam, tal como o sucedido em anos anteriores, as especializações feitas relativamente às férias e subsídios de férias pagáveis em 2019, cálculos feitos nos termos das disposições legais vigentes.

Os Passivos por Impostos Diferidos correspondem ao montante especializado a este título pela participada Espaço Municipal.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal ascendem em 2018 a 367.775.560 €, reforçando-se face ao exercício em comparação em (+) 21.890.179 €, correspondendo a um crescimento de (+) 6,33%. Tal evolução fica a dever-se ao aumento constatado em todas as parcelas que o compõem com exceção dos Interesses Minoritários (diretamente indexados à performance da Tecmaia e à porção de capital não detida pelo Município).

Destaca-se, neste âmbito, a variação ocorrida nos Resultados Transitados, (+) 15.354.884 €, que fica a dever-se, por um lado, à incorporação dos resultados líquidos do exercício anterior (6.731.269 €) e, por

outro, à alteração da política contabilística adotada para a contabilização dos montantes atribuídos a título de subsídio à empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património. Conforme consta do relato às contas individuais do Município, estes montantes destinaram-se a obras de conservação de ativos detidos pelo Município, que em 2018 foram tratados como tal e incorporadas diretamente como incremento de valor do imobilizado objeto de intervenção (habitação social). Tal facto materializou-se num ajustamento aos montantes atribuídos a título de subsídio concedido em exercícios anteriores (com impacto líquido em Resultados Transitados na esfera individual do Município no montante de 7.838.282 €).

Os Fundos Próprios e o Resultado Líquido do período apresentados nas contas consolidadas divergem dos montantes apurados, a título individual, pelo Município pelas mesmas razões evocadas já em relatos anteriores às contas consolidadas:

- Integração das contas dos SMAS no Grupo Municipal e nas suas contas consolidadas, não se encontrando os ativos líquidos de passivos refletidos nas contas individuais do Município;
- Diferenças nas políticas contabilísticas adotadas pelas diferentes participadas, e consideradas no Método de Equivalência Patrimonial, relativamente às que devem ser consideradas no processo contabilístico conducente à obtenção de contas consolidadas – que tomam como referencial o POCAL e a que se dedica um apontamento mais detalhado na nota 8.2.7 dos Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras.

Relativamente à parcela de *Interesses Não Controlados*, recorda-se uma vez mais que esta traduz, genericamente, a parte do resultado de 2018 e dos ativos líquidos do Tecmaia (após tratamento de harmonização contabilística com vista à consolidação) atribuível a interesses de capital próprio de 49% que não são detidos pelo Município da Maia – em linha com o que tem vindo a fazer-se em contas consolidadas do grupo de exercícios anteriores.



Quadro 11

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS			
	2018	2017	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	6.138.869	5.774.525	6,31%
Fornecimento e Serviços Externos	26.267.746	28.630.354	-8,25%
Custos com Pessoal	26.156.393	25.335.368	3,24%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4.123.557	3.727.985	10,61%
Amortizações do Exercício	22.057.401	20.185.200	9,28%
Provisões do Exercício	846.886	1.044.714	-18,94%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.655.316	1.141.469	45,02%
(A)	87.246.167	85.839.614	1,64%
Custos e Perdas Financeiras	1.365.652	1.165.088	17,21%
(C)	88.611.820	87.004.703	1,85%
Custos e Perdas Extraordinárias	3.133.489	5.536.969	-43,41%
(E)	91.745.309	92.541.672	-0,86%
Imposto Estimado	34.687	75.590	-54,11%
(G)	91.779.996	92.617.261	-0,90%
Interesses não controlados	-509.842	-179.172	-184,55%
Resultado líquido do exercício atribuível ao Município	12.953.546	6.731.269	92,44%
	104.733.542	99.348.531	5,42%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	35.330.251	34.260.812	3,12%
Impostos e Taxas	46.858.947	41.672.378	12,45%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	117.930	115.404	2,19%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.235.354	15.263.923	-0,19%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	50.439	6.514	674,36%
(B)	97.592.921	91.319.031	6,87%
Proveitos e Ganhos Financeiros	290.925	280.891	3,57%
(D)	97.883.846	91.599.922	6,86%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	6.339.854	7.569.436	-16,24%
(F)	104.223.700	99.169.359	5,10%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões	33.251.041	26.709.330	24,49%
Resultados Operacionais após das amortizações e provisões: (B-A)	10.346.754	5.479.417	88,83%
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-1.074.727	-884.197	-21,55%
Resultados Correntes: (D-C)	9.272.027	4.595.220	101,78%
Resultados antes de imposto: (F-E)	12.478.391	6.627.687	88,28%
Resultados Líquido do Exercício: (F-G)	12.443.704	6.552.097	89,92%
Resultado Líquido do período atribuível:			
Município da Maia	12.953.546	6.731.269	92,44%
Interesses não controlados	-509.842	-179.172	-184,55%

Un.:Euros

Da análise detalhada à Demonstração Consolidada de Resultados, o Grupo Municipal encerra mais um exercício com resultados operacionais antes de amortizações e provisões positivos, desta vez no valor de 33.251.041 €, (+) 6.541.711 € do que em 2017, exibindo uma melhoria que em termos relativos representa (+) 24,49% face à performance evidenciada no ano anterior.

O Resultado Líquido do Exercício de novo se cifra positivo, ascendendo a (+) 12.443.704 € e quase duplicando o montante obtido no exercício anterior.

Verifica-se ainda que os Resultados Operacionais após amortizações e provisões e os Resultados Correntes se cifram também em montantes positivos em ambos os exercícios, conhecendo taxas de crescimento que oscilam entre os (+) 88% e os (+) 102% (praticamente duplicando entre 2017 e 2018).

Os Resultados Financeiros, pese embora mais do que compensados na sua performance pelos resultados de natureza operacional, conhecem uma deterioração no exercício: diminuem, em valor absoluto, (-) 190.530 €, persistindo negativos e perfazendo em 2018 (-) 1.074.727 €. A variação dos Resultados Correntes, conjugando estes dois efeitos em que a variação de maior materialidade ocorrida nos Resultados Operacionais supera o agravamento ocorrido na atividade de cariz financeiro, é ainda assim positiva no período, cifrando-se em (+) 4.676.807 €

Dedicando-nos à apreciação da atividade operacional, esta traduz a atividade nuclear, por excelência, do grupo municipal, quantificando-se esta importância na proporção do Resultado Líquido correspondente a resultado operacional após amortizações e provisões: 83,14%.

Analisando em detalhe os custos e perdas operacionais, permanecem as componentes com maior representatividade os Fornecimentos e Serviços Externos, as Despesas com Pessoal e as Amortizações do Exercício, que ascendem em 2018 respetivamente a 26.267.746 €, 26.156.393 € e 22.057.401 €. A materialidade destas rubricas traduz-se numa ponderação global nos custos operacionais totais que excede os 85%, respondendo parcial e respetivamente cada rubrica por 30,11%, 29,98 % e 25,28%, numa estrutura relativa semelhante à do exercício anterior.

Priorizando a análise ao comportamento dos Fornecimentos e Serviços Externos na presente análise, segue esta rubrica um rumo distinto do que se verifica nas contas individuais do Município: coletivamente exibe uma diminuição de valor, (-) 2.362.609 €, totalizando no exercício 26.267.746 €. A variação expressiva face ao período homólogo fica a dever-se em grande parte ao anormal aumento de valor registado no exercício anterior, devido na sua maior parte pela empresa Espaço Municipal e relativo às obras de conservação efetuadas nos empreendimentos de habitação social.

Relativamente aos Custos com Pessoal, a variação observada reflete a amplificação, à dimensão do grupo municipal, do efeito já reconhecido ao nível das contas individuais do Município (em que as atualizações salariais, decorrentes do artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 justificam, sem dificuldade os (+) 3,24% de crescimento destes encargos).

Permanecendo como terceira rubrica de custos com maior ponderação, apresentam-se com caráter relativamente estável as Amortizações do Exercício, que aumentam (+) 9,28% entre os dois períodos, acabando por cifrar-se no final de 2018 em 22.057.401 €. Em consonância com este comportamento, recorda-se que idêntica performance apresenta o Município nas suas contas individuais do período.

As rubricas operacionais de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, Provisões do Exercício e Outros Custos e Perdas Operacionais permanecem com contributos substancialmente menores, respondendo globalmente por uma proporção menor do que qualquer das componentes de custos anteriormente analisadas donde, sem prejuízo de que seja feita também uma análise de maior pormenor, qualquer variação ocorrida ao nível destas rubricas teve, no período, um impacto negligenciável na variação dos resultados.

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas cresce comparativamente com 2017, aumentando (+) 6,31% para 6.138.869 € (o que não surpreende, sabendo-se que este valor está

indexado aos valor registado em Vendas que, conforme se verá adiante, também conheceu um aumento em 2018).

As Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, que totalizam no exercício (+) 4.123.557 €, observam um aumento desde 2017 de (+) 395.571 €. De notar que conforme se explicou em contexto de relato individual às contas do Município, reportado ao mesmo ano, esta rubrica ascendeu a 5.589.075 € diminuindo entre ambos os exercícios (-) 2.388.013 € (o que incluía necessariamente transferências com destino intra-grupo, entretanto anuladas no decurso do processo contabilístico de consolidação de contas municipais). Conclui-se portanto que, com destino extra-grupo, as transferências desta natureza aumentaram.

Permanecendo uma vez mais com representatividade residual, figuram ainda os Outros Custos e Perdas e Operacionais que ascendem a 1.655.316 €, aumentando (+) 513.847 € entre os dois exercícios.

Por último, é perceptível de novo ao nível das Provisões do Exercício um efeito de amplificação da variação observada a título individual pelo Município: reduzem (-) 197.828 € no coletivo, (-) 103.435 € individualmente nas contas da entidade consolidante. A este respeito, não é demais recordar os ajustamentos que se impuseram com vista à harmonização de critérios subjacente ao processo de consolidação, sendo as Provisões constituídas pelas participadas objeto de recálculo e correção, com vista ao apuramento do montante que seria registado nos termos e de acordo com os mesmos critérios em que o Município o faria (os que se encontram plasmados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais). Recalculados estes montantes, alcançam as Provisões do exercício do grupo no final de 2018 o valor de 846.886 €

No âmbito dos Proveitos e Ganhos Operacionais, permanece inalterada a estrutura de contribuição das diversas rubricas para os montantes globalmente apurados, respondendo as rubricas de Impostos e Taxas, Vendas e Prestação de Serviços e Transferências e Subsídios Obtidos praticamente pela totalidade dos proveitos apurados desta natureza.

Em primeiro lugar, figuram os Impostos e Taxas (com 46.858.947 €), seguidos dos proveitos advindos de Vendas e Prestação de Serviços (35.330.251 €), e logo depois das Transferências e Subsídios Obtidos (15.235.354 €). Estas três parcelas representam, de per si, 99,8 % dos Proveitos Operacionais.

De novo se apresenta como a maior fonte de receita municipal a rubrica de Impostos e Taxas, que se assume no período com uma contribuição relativa próxima de 48% dos ganhos totais operacionais do grupo e que aumenta entre 2017 e 2018 (+) 5.186.569 €. Atenta a responsabilidade do Município pelos valores registados nesta rubrica em particular, remete-se uma análise de pormenor para o relatório de gestão individual do exercício em que é possível conferir, por um lado, a predominância do Imposto Municipal sobre Imóveis (em valor absoluto), e por outro o condicionamento causado da variação do período ao nível do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

Em linha com a variação observada nos Impostos e Taxas, observa também um aumento digno de registo a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços do Grupo (com um pendor de 36,2% nos proveitos operacionais totais), cifrando-se no final de 2018 em 35.330.251 €, (+) 1.069.439 € face a 2017.

As Transferências e Subsídios Obtidos, permanecendo com uma contribuição relevante no cômputo das receitas operacionais, conhecem, contrariamente às parcelas anteriores, uma diminuição em valor absoluto que contudo alcança valores bastante residuais, (-) 28.569 €, correspondentes a um decréscimo

de (-) 0,19% em relação ao ano transato. Este valor é, na sua maior parte, pela performance da entidade consolidante, que detém um contributo para esta rubrica com uma ponderação esmagadora de quase 100% (15.089.620 €).

O comportamento do resultado operacional, que sendo positivo (10.346.754 €) quase duplica entre os dois anos em comparação, fica assim a dever-se ao facto de, partindo de um resultado de natureza análoga que já era positivo em 2017, aumentarem ainda os proveitos e ganhos de natureza operacional em 2018, (+) 6.273.889 €, em montante superior (em valor absoluto) ao aumento que se regista em paralelo nos custos e perdas de natureza semelhante, no montante de (+) 1.406.552 €.

Este ganho obtido na atividade de âmbito operacional acaba por ser apenas parcialmente compensada pela performance dos resultados financeiros, que não só continuam negativos como vêm a sua posição deteriorar-se face ao exercício anterior, em (-) 190.530 €. Da articulação destas duas forças, de sentido contrário mas intensidade distinta, conclui-se que o resultado corrente sai substancialmente melhorado em 2018, face a 2017, totalizando (+) 9.272.027 €.

Apreciando com maior pormenor o que sucedeu no seio dos resultados financeiros, verifica-se que os Proveitos e Ganhos Financeiros registam uma variação positiva no exercício, que contudo se cifra residual: (+) 3,57% face ao observado em 2017, traduzidos em (+) 10.034 €. Observando também um aumento no exercício, os Custos e Perdas Financeiras crescem (+) 17,21%, correspondentes a (+) 200.564 €, daqui resultando uma deterioração da performance do grupo, ao nível da sua atividade de cariz financeiro, que já no exercício anterior exibia resultado financeiro negativo, agravando-se em 2018 para o montante de (-) 1.074.727 €.

Os Resultados Extraordinários, contrariamente aos Financeiros e em concordância com o sucedido a nível operacional, melhoram no exercício em apreço, verificando-se que diminuem quer os Proveitos e Ganhos, quer os Custos e Perdas desta natureza, porém os segundos em montante significativamente mais expressivo do que os primeiros. Cifrando-se já positivo no período homólogo, os Resultados Extraordinários ascendem a (+) 3.206.365 €, registando um crescimento de (+) 57,76 %. Quer as despesas, quer os proveitos, de natureza extraordinária revestem-se sempre de um cariz extemporâneo (como a própria designação indica), parecendo de utilidade referir apenas a importância da entidade consolidante na determinação deste comportamento e remetendo-se, por essa razão, uma apreciação de maior pormenor para o relatório e contas individual do Município.

O Resultado Extraordinário reforça, assim, o comportamento do resultado corrente (que, como já se referiu em momento anterior, se cifrou positivo), amplificando assim a expressão e o sinal do Resultado Líquido do período.

Como tem sido prática habitual em relatórios anteriores, insere-se adiante nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados notas específicas aos Resultados Financeiros e Extraordinários - Nota 8.2.8, respetivamente alíneas o) e p).



Quadro 12

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES				2018		2017		Varição (2018/2017)	OBSERVAÇÕES
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	367 775 560	263,75%	345 885 380	215,84%	22,20%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	139 439 074		160 247 409			
2		Solvabilidade II	Activo Líquido	507 214 634	363,75%	506 132 790	315,84%	15,17%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
			Passivo	139 439 074		160 247 409			
3		Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	367 775 560	72,51%	345 885 380	68,34%	6,10%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			
4	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	41 663 306	184,64%	38 155 431	140,50%	31,41%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	22 564 495		27 156 222			
5		Liquidez Imediata	Disponibilidades	32 911 094	145,85%	30 814 560	113,47%	28,54%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
			Passivo Circulante	22 564 495		27 156 222			
6	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	415 100 458	90,26%	407 679 786	88,10%	2,44%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	459 911 987		462 728 377			
7		Percentagem de imobilização líquido total	Imobilizado Líquido	459 911 987	90,67%	462 728 377	91,42%	-0,82%	Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES				2018		2017		Variação (2018/2017)	OBSERVAÇÕES
8	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	139 439 074	27,49%	160 247 409	31,66%	-13,17%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			
9		Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	47 324 898	9,33%	61 794 405	12,21%	-23,58%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			
10		Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	18 944 795	3,74%	30 096 858	5,95%	-37,19%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			
11		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	22 564 495	4,45%	27 156 222	5,37%	-17,09%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			
12	ENDIVIDAMENTO - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo		267.728	0,05%	0	0,00%	-	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
			Activo Líquido	507 214 634		506 132 790			
13	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP		47 324 898	33,94%	61 794 405	38,56%	-11,99%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
			Passivo	139 439 074		160 247 409			
14	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo		22 564 495	16,18%	27 156 222	16,95%	-4,51%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
			Passivo	139 439 074		160 247 409			

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES				2018		2017		Variação (2018/2017)	OBSERVAÇÕES
15	ESTRUTURA DE CUSTOS	Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	26 156 393	28,51%	25 335 368	27,38%	4,14%	Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	91 745 309		92 541 672			
16		Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	4 123 557	4,49%	3 727 985	4,03%	11,57%	Exprime o peso dos subsídios e das transferências no total dos custos da estrutura
			Total de Custos	91 745 309		92 541 672			
17		Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	26 267 746	28,63%	28 630 354	30,94%	-7,46%	Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	91 745 309		92 541 672			
18		Peso dos custos Financeiros	Custos Financeiros	1 365 652	1,49%	1 165 088	1,26%	18,23%	Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da estrutura.
			Total de Custos	91 745 309		92 541 672			





maia
CÂMARA MUNICIPAL

NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO
CONSOLIDADA DE RESULTADOS

8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Quadro 13

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO						ANO 2018		
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores		
				Detenção da Totalidade do Capital		2018	2017	
				Directa	Indirecta	N.º	N.º	Categorias
Município	505 387 131	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	971	1000	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14º Piso 4474-006 Maia	Gestão e planeamento do estacionamento automóvel público municipal	100%	-	21	21	
MAIA AMBIENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Miheirós 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	126	126	
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 181 4470-157 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendias	100%	-	31	26	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 124	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	162	156	Vide Anexo V
Fundação do Conservatório de Música da Maia	509 158 218	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão de espaços municipais e atividades de natureza cultural e/ ou pedagógica (destaque para o Conservatório de Música da Maia)	100%	-	13	13	
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	504 569 244	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	-	0	0	
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11 - 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica e projectos de internet e intranet; trabalho aéreo, consultoria e formação; comércio de dados.	4,64%	-	33	32	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	720 010 527	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa	Gestão de uma carteira de valores e ativos (predominantemente imobiliários e sítios no Município da Maia) com vista à sua valorização	100,00%	-	-	-	

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Quadro 14

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO (SOCIETÁRIAS)						ANO 2018
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão	
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Praça 26 de Maio, 82 4810- 539 Guimarães	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	1,28%	Não integra o SEL	
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	501919 872	Rua de Salazares, n.º 842 4149- 002 Porto	Promover a apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,22%	Não detida a 100%	
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Fernão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350- 158 Porto	Exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP	0,0001%	Não integra o SEL nem é detida a 100%	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL	510 708 153	Rua da Estação s/n 4470- 184 Maia	Conservação e educação ambiental, promoção da investigação e preservação de recursos da fauna e flora	13,33%	Não detida a 100%	
Águas do Douro e Paiva	514 310 774	Rua de Vilar n.º 235, 4050-626 Porto	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,71%	Não integra o SEL	

Quadro 15

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO (NÃO SOCIETÁRIAS)						ANO 2018
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão	
Associação Nacional de Municípios	501627 413	Av. Mamoco e Sousa, n.º 52 3004- 511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota Inicial de 4.340	Não integra o SEL	
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - Pº 4000- 065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	Quota Inicial de 19.917	Não integra o SEL	
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435- 996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	Quota Inicial de 19.378	Não integra o SEL	
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470- 605 Moreira da Maia	Gestão de um parque de ciência e tecnologia - promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico	Quota Inicial de 10.000	Não detida a 100%	
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050- 265 Porto	Promoção da integração profissional de jovens	Quota Inicial de 24.940	Não integra o SEL	
Fundação do Desporto	503 596 744	Rua Pascoal de Melo, n.º 1-5 1170 Lisboa	Promoção do desporto, em especial o de alta competição	Quota Inicial de 149.639	Não integra o SEL	
Fundação de Serralves	502 266 643	Rua de Serralves, n.º 977/ 999	Promoção de actividades culturais no domínio de todas as artes.	Quota Inicial de 100.000	Não integra o SEL	
AdePORTO- Agencia de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050- 297 Porto	Promoção da utilização racional da energia - planeamento e gestão da procura de energia, gestão ambiental articulada, promoção de boas práticas	Quota Inicial de 15.125	Não integra o SEL	
Associação do Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular	503 990 698	Av. Inferior Ponte D. Luís, n.º 55 4050- 074 Porto	Promoção e desenvolvimento de actividades de cariz social, cultural e desportivo favorecedoras da coesão do sistema urbano da euro-região norte de Portugal - Galiza	Quota Inicial de 15.000	Não integra o SEL	
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R.	508 905 435	Castelo de Santiago da Barra 4900- 360 Viana do Castelo	Valorização turística da área territorial da NUT II-Norte, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos	Quota Inicial de 1.500	Não integra o SEL	
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	513 409 130	Edifício do Centro de Negócios da Exponor Av. Dr. António Macedo Leça da Palmeira	Promoção do desenvolvimento local e regional e a dinamização do meio rural de forma integrada.	Quota Inicial de 10.000	Não integra o SEL	

8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, as Demonstrações Financeiras (DF's) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

A composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação alterou-se em 2010 apenas pela saída do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, decorrente da conclusão do processo de dissolução e liquidação que se encontrava a decorrer, concluído em setembro.

- d) Alteração da política contabilista.**

Destaca-se, neste âmbito, a variação ocorrida nos Resultados Transitados, (+) 15.354.884 €, que fica a dever-se, por um lado, à incorporação dos resultados líquidos do exercício anterior (6.731.269 €) e, por outro, à alteração da política contabilística adotada para a contabilização dos montantes atribuídos a título de subsídio à empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património. Conforme consta do relato às contas individuais do Município, estes montantes destinaram-se a obras de conservação de ativos detidos pelo Município, que em 2018 foram tratados como tal e incorporadas diretamente como incremento de valor do imobilizado objeto de intervenção (habitação social). Tal facto materializou-se num ajustamento aos montantes atribuídos a título de subsídio concedido em exercícios anteriores (com impacto líquido em Resultados Transitados na esfera individual do Município no montante de 7.838.282 €).

8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeito de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF's, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não aplicável.

c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excecionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

Não aplicável.

8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 46, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 16

DIVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL										Grupo Público Consolidado		
Descrição	Município da Maia	SMAS Maia	EMBM	Maiaambiente	Espaço Municipal	Fundação Conservatório de Música da Maia	TECMAIA (*)	FELIF Maia Imo	TOTAL	2018	2017	Variação
Fornecedores c/c mp	0	17.090.948	0	0	0	0	0	0	17.090.948	17.090.948	17.672.976	-3,29%
Empréstimos Obtidos	31.081.105	0	0	0	2.251.810	77.181	0	5.457.729	38.867.826	38.867.826	50.196.539	-22,57%
Fornecedor de Imobilizado	320.390	261.399	0	0	0	0	0	0	581.788	581.788	1.950.371	-70,17%
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	6.399	0	0	6.399	6.399	0	-
Total	31.401.495	17.352.346	0	0	2.251.810	83.579	0	5.457.729	56.546.960	56.546.960	69.819.885	-19,01%

Un:Euros

* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste Passivo, por força do Método de Consolidação Integral o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo.
NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

a) **Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por natureza.**

Quadro 17

Ano 2018									
Dividas a terceiros de médio e longo prazo do Grupo Municipal					Exigibilidade dos Passivos				
Código/designação das contas	Menos de 1 ano			[1 a 4 anos]			Mais de 4 anos		
	2018	2017	Variação %	2018	2017	Variação %	2018	2017	Variação %
Município									
Empréstimos de Médio e Longo Prazo									
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	0	1.335.379	-100,00%	0	0	-	0	0	-
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	0	966.765	-100,00%	0	0	-	0	0	-
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	501.821	1.003.643	-50,00%	0	501.821	-100,00%	0	0	-
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI - Tecneia	1.022.222	1.022.222	0,00%	4.088.889	4.088.889	0,00%	0	1.022.222	-100,00%
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	342.599	334.168	2,52%	1.464.044	1.425.590	2,70%	1.892.489	2.273.543	-16,76%
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da Linha de Crédito Bonificado - CGD	911.532	904.860	0,74%	3.644.415	3.628.323	0,44%	2.367.182	3.294.828	-28,15%
Credores das Administrações Públicas-Fundo de Apoio Municipal (FAM)	213.593	427.186	-50,00%	106.797	1.281.557	-91,67%	0	0	-
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	1.291.232	1.177.102	9,70%	5.380.204	5.421.115	-0,75%	4.186.034	5.436.356	-23,00%
Assunção da Posição Contratual do Empréstimo bancário com a CGD no montante de 7.976.880,48, no âmbito do processo de dissolução do FEIF Maia	3.988.440	0	-	0	8.345.160	-100,00%	0	0	-
	8.271.441	7.171.325	15,34%	14.684.349	24.692.455	-40,53%	8.445.705	12.026.949	-29,78%
Espaço Municipal									
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	264.868	241.306	9,76%	1.102.942	1.111.329	-0,75%	858.137	1.114.615	-23,01%
Locações Financ. - CGD - Contrato 1000095442	5.408	5.001	8,14%	654	6.332	-89,67%	0	0	-
Locações Financ. - CGD - Contrato 100112496	6.531	0	-	13.270	0	-	0	0	-
	276.808	246.307	12,38%	1.116.866	1.117.661	-0,07%	858.137	1.114.615	-23,01%
SMAS									
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	608.239	582.029	4,50%	2.695.852	2.603.493	3,55%	13.786.857	14.487.455	-4,84%
Fornecedores Imobilizado c/ caução	0	0	-	261.399	241.628	8,18%	0	0	-
	608.239	582.029	4,50%	2.957.250	2.845.120	3,94%	13.786.857	14.487.455	-4,84%
Fundação Conservatório de Música da Maia									
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56057827440	9.501	7.899	20,28%	4.931	16.037	-69,25%	0	0	-
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 56059282118	21.557	17.920	20,30%	11.191	36.383	-69,24%	0	0	-
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 51009418307	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Crédito Agrícola 51009536617	30.000	0	-	0	0	-	0	0	-
Estado e outros entes públicos - segurança social (Acordo prestações)	4.517	0	-	1.882	0	-	0	0	-
	65.575	25.819	153,98%	18.005	52.420	-65,65%	0	0	-
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo									
Empréstimo Bancário de M.L.P. com Caixa Geral de Depósitos	0	0	-	5.457.729	5.457.729	0,00%	0	0	-
	0	0	-	5.457.729	5.457.729	0,00%	0	0	-
Total	9.222.062	8.025.480	14,91%	24.234.199	34.165.386	-29,07%	23.090.700	27.629.019	-16,43%

Un: Euros

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos.

* Não obstante o Município da Maia ser apenas responsável por 5% deste passivo, por força da aplicação do Método de Consolidação Integral o valor aqui refletido corresponde a 100% do mesmo.

8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações (art.º 75.º, n.º 7, alínea d) do RFALEI), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

Quadro 18

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO										
ANO 2018										
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Saldo final	Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	235.076	6.879.667	0	6.888.983	225.760	235.076	6.879.667	0	6.888.983	225.760
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.548.368	6.944.718	0	6.879.667	1.613.419	1.548.368	6.944.718	0	6.879.667	1.613.419
Transferências	2.292	28.268	0	29.544	1.015	2.292	28.268	0	29.544	1.015
Subsídios	0	1.614.809	0	1.614.809	0	0	1.614.809	0	1.614.809	0
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações comerciais	143.571	1.184.645	0	1.213.291	114.925	143.571	1.184.645	0	1.213.291	114.925
Participações do capital em numerário	3.123.669	0	0	0	3.123.669	3.123.669	0	0	0	3.123.669
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0	0	0	14.133.152
Outros a)	740.667	904.498	78.898	152.294	1.413.973	740.667	904.498	78.898	152.294	1.413.973
Total	19.926.795	17.556.604	78.898	16.778.587	20.625.913	19.926.795	17.556.604	78.898	16.778.587	20.625.913

Un: Euros

Quadro 19

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2018							
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	2018	2017	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	235.076	6.879.667	0	6.888.983	225.760	228.493	-1,20%
Transferências - TRSU facturadas aos munícipes, por Pagar	1.548.368	6.944.718	0	6.879.667	1.613.419	1.481.178	8,93%
Transferências	2.292	28.268	0	29.544	1.015	1.996	-49,14%
Subsídios	0	1.614.809	0	1.614.809	0	0 -	-
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	143.571	1.184.645	0	1.213.291	114.925	184.384	-37,67%
Participações do capital em numerário	3.123.669	0	0	0	3.123.669	3.123.669	0,00%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0,00%
Outros a)	740.667	904.498	78.898	152.294	1.413.973	863.769	63,70%
Total	19.926.795	17.556.604	78.898	16.778.587	20.625.913	20.016.641	3,04%

Un: Euros

Quadro 20

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2018							
Tipo de fluxos	Direitos/Recebimentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	2018	2017	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	235.076	6.879.667	0	6.888.983	225.760	228.493	-1,20%
Transferências - TRSU facturadas aos municípes, por Pagar	1.548.368	6.944.718	0	6.879.667	1.613.419	1.481.178	8,93%
Transferências	2.292	28.268	0	29.544	1.015	1.996	-49,14%
Subsídios	0	1.614.809	0	1.614.809	0	0	-
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	143.571	1.184.645	0	1.213.291	114.925	184.384	-37,67%
Participações do capital em numerário	3.123.669	0	0	0	3.123.669	3.123.669	0,00%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0,00%
Outros a)	740.667	904.498	78.898	152.294	1.413.973	863.769	63,70%
Total	19.926.795	17.556.604	78.898	16.778.587	20.625.913	20.016.641	3,04%

Un: Euros

8.2.6. Informações relativas a compromissos:

- a) Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado,

no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais e com impacto no Grupo Municipal, relacionados com os seguintes assuntos:

- O processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal e com o facto de a Administração Tributária reclamar, em sede de IVA, juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 7.057.847 €
- Processo judicial em curso (Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo), cujo valor da ação se cifra em 32.579 €

De notar ainda, relativamente às participadas que compõem, a divulgação efetuada pela Comissão Liquidatária da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA, EM, no seu último relatório de liquidação conhecido (reportado a 31/12/2018, nota anexa 9.2), de passivos contingentes quantificados em 1.094.969,69 €

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;

Quadro 21

GARANTIAS PRESTADAS			
Descrição das garantias prestadas	Valor		Norma legal habilitante
	2018	2017	
Município			
Duas garantias, no valor unitário de 6.541.626 € indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal.	13.083.252	14.501.660	
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787	5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000	100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do EP - Estradas de Portugal	2.500	2.500	
EMEM - Empresa de Estacionamento	n.a	n.a	
Maiambiente			
Garantia para Agência Portuguesa Ambiente	n.a	10.000	Dec.- Leinº. 147/2008 de 29 de Julho
Espaço Municipal			
Frações habitacionais prestadas como garantias a favor da Direção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072	3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Smas - Serviços Municipalizados	n.a	n.a	
Fundação Conservatório de Música da Maia	n.a	n.a	
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	n.a	n.a	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	n.a	n.a	

Un:Euros

a) Processo extinto

8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões:

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

- **Imobilizado:**

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE). As taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

Os investimentos financeiros em que o Município da Maia tem influência significativa bem como aqueles em que a lei impõe que se integre no perímetro de consolidação, independentemente da percentagem de participação (entidades conjuntamente controladas por diversas pessoas coletivas de direito público), encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial. As restantes entidades estão contabilizadas ao custo de aquisição. Os ativos e os passivos dos Fundos de Investimento Imobiliários foram reconhecidos tal como se tivessem sido adquiridos pelo Município de acordo com as regras do POCAL. Este tratamento, compatível com o preconizado pelas normas e práticas internacionais para as “*Special Purpose Entities*” assegura o reconhecimento do património dos fundos no Município de acordo com o POCAL.

- **Locações:**

Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Ativos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

- **Existências:**

As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas é adotado o custo médio ponderado.

- **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.

As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

- **Empréstimos:**

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.

- **Vendas e Prestações de Serviços:**

O rédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

- **Subsídios do Governo:**

O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.

- **Impostos sobre o Rendimento:**

Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.

- **Aplicações de Tesouraria:**

Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.

- **Provisões e Passivos Contingentes:**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.

As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registos contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho.

A rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Quadro 22

ANO 2018									
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e trf.	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:									
Terrenos e recursos naturais	21.662.088	13.958	0	0	222.405	0	124.163	0	22.022.613
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	193.644.178	100.000	8.271	0	6.082.541	0	0	0	199.834.990
Bens do património hist rico, art stico e cultural	1.333.708	0	0	0	0	0	0	0	1.333.708
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	5.646.800	-33.217	2.496.691	0	-6.041.327	0	157.868	0	2.226.816
Adiantamentos por conta de bens de domínio p	0	0	0	0	0	0	0	0	0
222.286.774	80.741	2.504.962	0	263.619	0	282.032	0	225.418.127	
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:									
Despesas de instalação	1.799.794	0	3.069	0	9.281	0	0	0	1.812.144
Despesas de investigaçã o e desenvolvimento	275.245	0	0	0	0	0	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	2.097.813	0	97.362	0	0	60.216	0	0	2.134.958
Imobilizações em curso	747.362	-21.939	75.005	0	-9.281	0	0	0	791.148
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.920.213	-21.939	175.436	0	0	60.216	0	0	5.013.494	
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:									
Terrenos e recursos naturais	68.061.503	42.124	8.813.342	3.391	-190.355	7.864.342	103.309	-1.324.853	70.287.043
Edifícios e outras construções	431.213.768	5.992.836	416.563	0	2.435.814	115.701	0	-534.567	440.477.849
Equipamento básico	18.535.312	3.402	939.204	0	896.237	75.151	0	0	20.299.005
Equipamento de transporte	4.999.997	17.480	172.971	118.473	0	0	490	0	5.072.465
Ferramentas e utensílios	1.087.266	302	36.519	0	0	2.610	0	0	1.121.477
Equipamento administrativo	3.919.501	357	96.793	0	0	10.412	0	0	4.006.239
Equipamento Informático e Software	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	16.020.464	361	320.500	0	664.988	63.258	43.363	0	16.986.419
Imobiliza es em curso	6.952.363	2.212.786	7.799.481	0	-4.070.303	0	0	0	12.894.327
Adiantamentos por conta de imobilizações corp	750.000	0	0	0	0	750.000	0	0	0
551.540.174	8.269.648	18.595.374	121.863	-263.619	8.881.473	147.162	-1.859.421	571.144.823	
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:									
Partes de capital	2.470.855	747.745	25.000	0	0	10.000	0	747.462	2.486.137
Obrigações e títulos de participação	3.008.841	0	0	0	0	1.067.964	0	0	1.940.877
Investimentos em imóveis:	12.979.749	-205.372	0	0	0	0	0	0	12.774.377
Terrenos e recursos naturais	3.358.792	-225.740	0	0	0	0	0	0	3.133.052
Edifícios e outras construções	9.620.957	20.368	0	0	0	0	0	0	9.641.325
Outras aplicações financeiras:	5.914	-340.546	2.027	0	0	0	0	-340.546	7.942
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tí tulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	5.914	-340.546	2.027	0	0	0	0	-340.546	7.942
Imobilizações em curso	0	0	137.496	0	0	0	0	0	137.496
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18.465.359	201.827	164.523	0	0	1.077.964	0	406.916	17.346.829	
Total	797.212.520	8.530.278	21.440.295	121.863	0	10.019.653	429.194	-1.452.505	818.923.274

Un:Euro

Quadro 23

Ano 2018

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	136.393.426	9.867.292	0	0	146.260.718
Bens do património histórico, artístico e cultural	184.728	12.757	0	0	197.485
Outros bens de domínio público				0	0
	136.578.154	9.880.049	0	0	146.458.203
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	1.632.613	56.091	0	0	1.688.704
Despesas de investigação e desenvolvimento	275.245	0	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	1.897.428	79.614	-60.216	0	1.916.826
	3.805.287	135.705	-60.216	0	3.880.775
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	156.124.560	10.925.753	-17.867	0	167.032.446
Equipamento básico	15.240.029	832.823	-63.064	0	16.009.788
Equipamento de transporte	4.415.465	187.659	-100.993	0	4.502.131
Ferramentas e utensílios	1.021.258	36.828	-2.610	0	1.055.477
Equipamento administrativo	3.503.672	177.115	322	0	3.681.109
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	12.624.851	529.147	-80.002	0	13.073.996
	192.929.836	12.689.326	-264.214	0	205.354.947
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes de capital	10.000	0	-10.000	0	0
Obrigações e títulos de participação	203	0	-135	0	68
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	3.020.084	261.793	35.417	0	3.317.294
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros Títulos	0	0	0	0	0
	3.030.287	261.793	25.282	0	3.317.361
Total	336.343.563	22.966.872	-299.148	0	359.011.287

Un:Euro

- c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;**

Não aplicável.

- d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;**

Não aplicável.

- e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;**

Não aplicável.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;**

Não aplicável.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

- h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

- i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Quadro 24

ACTIVIDADE	2018				2017				Variação	
	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços
Arrendamento		8.222.909	8.222.909	23,27%		7.907.956	7.907.956	23,08%	-	3,98%
Resíduos Sólidos	3.307	7.060.000	7.063.307	19,99%	1.771	6.982.367	6.984.138	20,39%	86,68%	1,11%
Alugar Parques e Estacionamento		517.909	517.909	1,47%		463.418	463.418	1,35%	-	11,76%
Consumo de Água e Saneamento	7.266.093	8.906.837	16.172.930	45,78%	7.505.539	8.150.093	15.655.632	45,70%	-3,19%	9,29%
Propinas		51.954	51.954	0,15%		65.884	65.884	0,19%	-	-21,14%
Serviços Públicos										
Desporto, Cultura e Lazer		1.584.970	1.584.970	4,49%		1.396.345	1.396.345	4,08%	-	13,51%
Educação		804.272	804.272	2,28%		893.126	893.126	2,61%	-	-9,95%
Ação Social		577.019	577.019	1,63%		568.350	568.350	1,66%	-	1,53%
Outros serviços	20.684	314.298	334.982	0,95%	4.387	321.576	325.963	0,95%	371,48%	-2,26%
Total	7.290.084	28.040.168	35.330.251	100,00%	7.511.698	26.749.115	34.260.812	100,00%	-2,95%	4,83%

Un:Euros

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Quadro 25

Ano 2018

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS				
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal Dez-18	Valor Anual Bruto Atribuído (*)
2018				
Município				
Órgão Executivo				
António Domingos Silva Tiago	Presidente	Vencimento	3.624	65.269
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vereadora	a)		7.399
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereadora Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	48.877
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	49.253
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	48.763
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereadora Tempo Inteiro	Vencimento	2.900	48.872
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador	a)		4.135
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereadora	a)		3.665
José António Andrade Ferreira	Vereador	a)		3.084
Jaime Manuel da Silva Pinho	Vereador	a)		4.272
Paula Cristina Romão Pereira	Vereadora	a)		3.782
Órgão de Fiscalização				
Esteves & Pinho, SROC, Ld.ª	ROC	Honorários		23.341

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS				
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração Base Mensal Dez-18	Valor Anual Bruto Atribuído (*)
2018				
EMEM - Empresa de Estacionamento				
Conselho de Administração				
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vogal	-	-	0
Francisco Tomé de Campos Maia Nogueira da Costa	Vogal	-	-	0
Órgão de Fiscalização				
Esteves & Pinho, SROC, Ld. ^a	ROC	Honorários	-	3.690
Maiambiente				
Conselho de Administração				
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Presidente	-	-	0
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	-	
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	-	0
Órgão de Fiscalização				
Esteves & Pinho, SROC, Ld. ^a	Fiscal Único / ROC	Honorários	-	5.000
Espaço Municipal				
Conselho de Administração				
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	-	0
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Despesas Representação	-	11.868
Órgão de Fiscalização				
Esteves & Pinho, SROC, Ld. ^a	ROC	Honorários	-	6.300
SMAS - Serviços Municipalizados				
Conselho de Administração				
António Domingos Silva Tiago	Presidente	-	-	0
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	-	0
Fundação Conservatório de Música da Maia				
Conselho Diretivo				
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Presidente	-	-	0
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Vogal	-	-	-
Ângelo Augusto Santos Oliveira	Vogal	-	-	-
Órgão de Fiscalização				
Esteves & Pinho, SROC, Ld. ^a	ROC	Honorários	-	1.510
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.				
Comissão Liquidatária				
Mário Augusto Carvalho Rodrigues	Presidente	-	-	15.000
José Eduardo Pereira Vieira de Azevedo	Vogal da Comissão Liquidatária	-	-	0
Maria Antónia Moura de Vasconcelos Lima	Vogal da Comissão Liquidatária	-	-	0
Órgão de Fiscalização				
Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira	ROC	Honorários	-	10.800
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO				
Conselho de Administração				
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Sociedade Gestora		-	-	43.089
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.				
Conselho de Administração				
Fernando do Nascimento Trigo	Presidente	Vencimento	2.900	40.602
José Alberto de Castro Cardoso	Administrador	Senhas de Presença		0
Rui Manoel da Graça Coias	Administrador	Senhas de Presença		0
João Pedro Brito da Silva	Administrador	Senhas de Presença		0
Órgão de Fiscalização				
Joaquim Santos Silva em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda	ROC	Honorários		9.594

Un.: Euros

(*) Estão incluídas as Despesas de Representação e Ajudas de Custo

a) Senhas Presença, Subsídio de Transportes e Ajudas de Custo

A remuneração base mensal atribuída aos eleitos locais é igual para todos dentro de cada um dos regimes de funções - vereador a meio tempo ou a tempo inteiro -, decorrendo as divergências eventualmente verificadas ao nível do valor anual bruto atribuído de acertos de vencimentos, faltas, ou outros factos com influência direta no processamento de salários. O mesmo princípio se verifica quanto aos demais vereadores, designadamente em matéria de senhas de presenças, cujo valor unitário é legalmente fixado.

l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Quadro 26

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS						
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2018	2017			2018	2017
681 Juros suportados	1006.501	1044.425	781	Juros obtidos	78.305	155.882
682 Perdas em entidades participadas	0	0	782	Ganhos em entidades participadas	283	460
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	72.629	71.341
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784	Rendimentos participações capital	104.193	2.420
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	9.306	19.171
688 Outros custos e perdas financ.	359.151	120.663	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	1.365.652	1.165.088	788	Outros proveitos e ganhos financ.	26.209	31617
Resultados Financeiros	-1.074.727	-884.197		Total de Proveitos Financeiros	290.925	280.891
Total	290.925	280.891				

Un: Euros

Os resultados financeiros continuam negativos, vendo a sua posição deteriorar-se face ao exercício anterior, em (-) 190.530 €

Apreciando com maior pormenor o que sucedeu no seio dos resultados financeiros, verifica-se que os Proveitos e Ganhos Financeiros registam uma variação positiva no exercício, que contudo se cifra residual: (+) 3,57% face ao observado em 2017, traduzidos em (+) 10.034 €. Observando

também um aumento no exercício, os Custos e Perdas Financeiras crescem (+) 17,21%, correspondentes a (+) 200.564 €, daqui resultando uma deterioração da performance do grupo, ao nível da sua atividade de cariz financeiro, que já no exercício anterior exibia resultado financeiro negativo, agravando-se em 2018 para o montante de (-) 1.074.727 €

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Quadro 27

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS						
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios		
	2018	2017		2018	2017	
691 Transferências capital concedidas	1910.406	2.401.682	791 Restituição de impostos	0	0	
692 Dívidas incoibráveis	35	14.766	792 Recuperação de dívidas	3.205	7.638	
693 Perdas em existências	13.424	9.245	793 Ganhos em existências	13.088	37.011	
694 Perdas em imobilizações	40.887	2.006.037	794 Ganhos em imobilizações	321.944	168.511	
695 Multas e penalidades	40.239	2.438	795 Benefícios de penalidades contr	561.403	425.290	
696 Aumento de amortiza. Provisões	206.554	24.931	796 Reduções de amortize provisões	1703.659	934.453	
697 Correções relativas exerc. anteriores	866.482	1.016.378	797 Correções relativas exerc. anteriores	548.742	2.428.084	
698 Outros custos e perdas extraor.	55.462	61.492	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	3.187.814	3.568.451	
			799 Indemnizações recebidas	0	0	
Total de Custos Extraordinários	3.133.489	5.536.969	Total de Proveitos Extraordinários	6.339.854	7.569.437	
Resultados Extraordinários	3.206.365	2.032.468				
Total	6.339.854	7.569.437				

Un.:Euros

Os Resultados Extraordinários melhoram no exercício em apreço, verificando-se que diminuem quer os Proveitos e Ganhos, quer os Custos e Perdas desta natureza, porém os segundos em montante significativamente mais expressivo do que os primeiros. Cifrando-se já positivo no período homólogo, os Resultados Extraordinários ascendem a (+) 3.206.365 €, registando um crescimento de (+) 57,76 %. Quer as despesas, quer os proveitos, de natureza extraordinária revestem-se sempre de um cariz extemporâneo (como a própria designação indica), parecendo de utilidade referir apenas a importância da entidade consolidante na determinação deste comportamento e remetendo-se, por essa razão, uma apreciação de maior pormenor para o relatório e contas individual do Município.

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Quadro 28

PROVISÕES					
	2018				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0				0
Provisões para cobranças duvidosas	11.321.635	0	1.377.120	172.804	10.117.319
Provisões para riscos e encargos	3.575.328		687.561	-412.429	2.475.338
Provisões para depreciação de existências	36.532				36.532
Provisões para investimentos financeiros	10.203		10.135		68
Total de Provisões	14.943.698	0	2.074.816	-239.625	12.629.258

Un.: Euros

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Quadro 29

BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
Descrição	Ano 2018		Variação	
	2018	2017	Valor	%
Município	-	-	-	-
EMEM - Empresa de Estacionamento	-	-	-	-
Maia ambiente	-	-	-	-
Espaço Municipal				
Viatura Smart 47-PX-94	4.370	6.555	-2.185	-33,33%
Viatura Smart 96-PP-52	4.370	6.555	-2.185	-33,33%
Viatura Smart 52-SN-01	8.325	-	8.325	-
Viatura Smart 51-SN-32	8.325	-	8.325	-
Smas - Serviços Municipalizados	-	-	-	-
Fundação Conservatório de Música da Maia	-	-	-	-
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	-	-	-	-
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	-	-	-	-

Un.: Euros

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

8.2.9. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação

financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

b.1) No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos no início do exercício relativos aos Fundos de Investimento Imobiliário – Maia Imo e Maia Golfe – importa salientar os seguintes factos:

- Com a obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas para a dissolução e liquidação do fundo Maia Golfe (ocorrido em 5 de janeiro de 2018), foi possível consumir a sua extinção em setembro do mesmo ano, tendo nesse momento sido reinscritos no balanço do Município os Ativos até então geridos pelo Fundo, e tendo sido cedida a posição contratual deste no contrato de crédito celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, traduzida num passivo bancário no montante de 7.976.880,48 €;

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas no relato do exercício de 2014 (e seguintes), designadamente no que reporta à valorização destes ativos no balanço das contas individuais do Município. Com efeito, por força da entrada em vigor do RFALEI, a partir desse exercício o Município deixou de apresentar os seus Fundos de Investimento Imobiliários Especiais Fechados ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, tal como se todos os ativos e passivos dos fundos tivessem sido adquirido pelo Município e reconhecidos de acordo com as regras do POCAL. Em consequência, os Ativos dos Fundos foram, e continuam a estar, apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para os casos em que os Passivos ultrapassam os Ativos valorizados ao Custo, foram constituídas provisões.

Por tal razão, o grande impacto financeiro nas contas do Município, por via da mencionada alteração, ocorreu na gerência de 2014, uma vez que daí em diante o critério permaneceu inalterado. Neste seguimento, não se esperam alterações materiais nas demonstrações financeiras do Grupo Municipal, resultantes da liquidação destes Fundos de Investimento Imobiliário.

b.2) Relativamente aos **Serviços Municipalizados de Águas, Eletricidade e Saneamento da Maia**, dá-se nota da Ênfase incluída na Certificação Legal das Contas em apreço – que se transcreve de seguida:

“Conforme referido no Anexo às Contas, foi negociado com a EDP a liquidação antecipada da dívida existente no final de 2018, a qual ascende a cerca de 17.100.00 euros. Da concretização desta operação, dependente de aprovação do Tribunal de Contas, poderá resultar um perdão de dívida no montante aproximado de 5.300.000 euros, com impactos significativos no Passivo e Capital Próprio da Entidade.”

b.3) Relativamente à participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, EM SA, dá-se nota da Ênfase incluída na Certificação Legal das Contas em apreço – que se transcreve de seguida:

“Conforme referido na Nota 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, foram efetuados vários ajustamentos de exercícios anteriores no montante global aproximado de 858.700

euros, relacionados com incorreções verificadas em contas de terceiros despoletadas por problemas informáticos, entretanto ultrapassados, e com registos da conta de reserva associada à operação de concessão de créditos de rendas de habitação social.”

b.4) Relativamente à participada **Fundação Conservatório de Música da Maia**, dá-se nota da *Incerteza material relacionada com a continuidade* incluída na Certificação Legal das Contas em apreço – que se transcreve de seguida:

“Consequência dos resultados líquidos negativos materialmente relevantes transitados do passado (valor de 163.278 euros), o Capital Próprio apresenta-se negativo em 115.936 euros. Apesar de, conforme referido no Relatório de Gestão (ponto 3) e no Anexo às Demonstrações Financeiras (Nota 3.4), ser convicção do Órgão de Gestão que o Município da Maia, entidade fundacional e instituidora da Entidade, dará o apoio financeiro que for necessário para a continuidade das operações, esta situação pode indiciar a existência duma incerteza material acerca da capacidade da Entidade dar continuidade às suas atividades.”

b.5) Relativamente à participada **TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação)**, dá-se nota da *Reserva e Ênfase* incluída na Certificação Legal das Contas em apreço – que se transcreve de seguida:

“1) Conforme referido nas notas 1 e 3.6 do Relatório de Gestão, o processo de liquidação da Entidade está dependente da concretização do plano de liquidação aprovado pelos acionistas em 4 de novembro de 2016.

Adicionalmente, conforme referido na nota 1.3 do mesmo Relatório, em consequência de inspeções tributárias, foram revertidas, sobre o ex-administradores, dívidas fiscais, liquidadas pela Entidade mãe, Município da Maia e cujo montante acumulado, à data de 31 de dezembro, reconhecidas como passivo pela Tecmaia, ascende a cerca de 1.300.000 Euros. Este valor é apresentado como ativo contingente na nota 9.3 do Anexo.

Não dispomos de elementos que nos permitam aferir sobre a concretização do plano acima referido, bem como sobre a existência de eventuais contingências legais, societárias ou outras.

2) A rubrica de Outros créditos a receber inclui cerca de 24.000 Euros, cuja cobrabilidade se pode mostrar incerta devido à sua antiguidade. Tendo em conta esta situação, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para a necessidade de constituir ajustamentos às referidas quantias. (...)

Conforme divulgado na nota 9.2 do Anexo, existem passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos períodos seguintes. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efetiva concretização, foram apenas objeto de divulgação, procedimento com o qual concordamos.”



ANEXO I

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2018				
ACTIVO	EXERCÍCIOS			
	AB	2018 A/P	AL	2017 AL
Imobilizado:				
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	22.022.613,29	0,00	22.022.613,29	21.662.087,85
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	199.834.990,43	146.260.717,77	53.574.272,66	57.250.752,52
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.333.707,62	197.485,24	1.136.222,38	1.148.979,34
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	2.226.815,96	0,00	2.226.815,96	5.646.799,90
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	225.418.127,30	146.458.203,01	78.959.924,29	85.708.619,61
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	1.812.143,53	1.688.704,48	123.439,05	167.180,29
Despesas de investigação e de desenvolvimento	275.244,98	275.244,98	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	2.134.958,27	1.916.826,01	218.132,26	200.384,36
Imobilizações em curso	791.147,57	0,00	791.147,57	747.362,08
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.013.494,35	3.880.775,47	1.132.718,88	1.114.926,73
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	70.287.043,24	0,00	70.287.043,24	69.386.355,84
Edifícios e outras construções	440.477.848,78	167.032.446,34	273.445.402,44	275.623.775,13
Equipamento básico	20.299.004,56	16.009.787,60	4.289.216,96	3.295.283,84
Equipamento de transporte	5.072.464,53	4.502.131,43	570.333,10	584.531,07
Ferramentas e utensílios	1.121.477,15	1.055.476,74	66.000,41	66.007,92
Equipamento administrativo	4.006.239,32	3.681.109,23	325.130,09	415.828,78
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	16.986.418,58	13.073.995,64	3.912.422,94	3.395.612,85
Imobilizações em curso	12.894.327,15	0,00	12.894.327,15	6.952.363,26
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	750.000,00
	571.144.823,31	205.354.946,98	365.789.876,33	380.469.758,69
Investimentos financeiros				
Partes de capital	2.486.137,36	0,00	2.486.137,36	2.460.854,64
Obrigações e títulos de participação	1.940.876,77	67,85	1.940.808,92	3.008.637,83
Investimentos em imóveis	12.774.377,31	3.317.293,56	9.457.083,75	9.959.665,46
Outras aplicações financeiras	7.941,68	0,00	7.941,68	5.914,33
Imobilizações em curso	137.495,90	0,00	137.495,90	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	17.346.829,02	3.317.361,41	14.029.467,61	15.435.072,26
Circulante				
Existências				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	909.524,22	0,00	909.524,22	909.623,79
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	2.331,00	0,00	2.331,00	2.637,00
Mercadorias	79.771,50	36.532,42	43.239,08	49.595,22
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	991.626,72	36.532,42	955.094,30	961.856,01
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
Dívidas de terceiros - Curto prazo				
Empréstimos concedidos	60.806,11	0,00	60.806,11	68.088,61
Cientes c/c	4.756.349,46	830.264,77	3.926.084,69	4.705.848,71
Contribuintes c/c	172.964,24	0,00	172.964,24	165.467,90
Utentes c/c	79.023,34	0,00	79.023,34	14.848,18
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	7.640.155,35	7.557.074,10	83.081,25	102.728,40
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	2.648,66	0,00	2.648,66	34.646,35
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.092,31	0,00	1.092,31	1.092,31
Estado e outros entes públicos	350.220,74	0,00	350.220,74	328.595,41
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	4.851.176,82	1.729.980,57	3.121.196,25	957.698,63
	17.914.437,03	10.117.319,44	7.797.117,59	6.379.014,50
Títulos negociáveis				
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	255.000,00	0,00	255.000,00	255.000,00
	255.000,00	0,00	255.000,00	255.000,00
Depósitos em instituições financeiras e Caixa				
Depósitos em instituições financeiras	32.454.334,21	0,00	32.454.334,21	30.498.391,12
Caixa	201.760,21	0,00	201.760,21	61.168,92
	32.656.094,42	0,00	32.656.094,42	30.559.560,04
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	5.504.738,44	0,00	5.504.738,44	5.164.246,33
Custos diferidos	114.036,59	0,00	114.036,59	60.289,42
Activos por impostos diferidos	20.565,81	0,00	20.565,81	24.446,15
	5.639.340,84	0,00	5.639.340,84	5.248.981,90
Total de amortizações		359.011.219,02		
Total de provisões		10.153.919,71		
Total do activo	876.379.772,99	369.165.138,73	507.214.634,26	506.132.789,74

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2018	2017
Fundos próprios		
Património	325.474.089,81	325.199.882,50
Ajustamento de partes de capital em empresas	-12.905,25	-12.905,25
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas		
Reservas legais	4.628.229,22	4.521.497,41
Reservas estatutárias	0,00	0,00
Reservas contratuais	0,00	0,00
Reservas livres	2.287.917,56	2.136.463,82
Subsídios	2.328.234,12	2.404.710,41
Doações	5.858.438,10	5.620.575,30
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.123.267,31
Cedências	3.496.554,26	3.496.554,26
Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
Outras variações no Capital próprio	0,00	0,00
Resultados transitados	7.449.412,63	-7.905.471,98
Resultado líquido do exercício consolidado atribuível ao Município da Maia	12.953.546,27	6.731.269,43
Interesses não controlados	-1.969.764,59	-1.589.003,07
	367.775.559,78	345.885.380,48
Passivo		
Provisões para riscos e encargos	2.475.338,32	3.575.327,77
	2.475.338,32	3.575.327,77
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)		
Empréstimos obtidos de MLP	18.944.794,93	30.096.858,37
Fornecedores MLP	16.482.708,82	17.090.947,64
Fornecedores de Imobilizado MLP	261.398,57	241.627,61
Credores das Administrações Públicas FAM - MLP	106.796,50	1.281.556,97
Estado e outros entes públicos	1.881,96	
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas MLP	11.527.317,67	13.083.414,87
	47.324.898,45	61.794.405,46
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	267.727,87	0,00
Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	6.839.612,57	5.597.857,12
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	8.164,26
Fornecedores c/c	4.003.077,20	7.230.274,07
Fornecedores c/c de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	608.238,82	582.028,55
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	194.239,01	482.497,34
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Cientes e utentes c/ cauções	2.270.229,63	2.049.788,50
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	242.571,24	782.920,88
Fornecedores de imobilizado c/c	1.230.487,77	1.531.564,75
Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	17.425,99	2.354,22
Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	0,00	0,00
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas CP	1.556.100,46	1.418.408,22
Estado e outros entes públicos	501.053,88	766.090,35
Estado e outros entes públicos - Acordo prestações	4.516,92	10.541,92
Credores das Administrações Públicas FAM - Curto Prazo	213.593,00	427.186,00
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	4.615.621,12	6.266.545,40
	22.564.495,48	27.156.221,58
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	5.144.307,10	5.093.963,63
Proveitos diferidos	61.930.035,13	62.627.490,82
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
	67.074.342,23	67.721.454,45
	139.439.074,48	160.247.409,26
Total dos fundos próprios e do passivo	507.214.634,26	506.132.789,74

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA A 31-12-2018				
Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios		
		2018	2017	
	Custos e Perdas			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
	Mercadorias	6.138.868,70	5.774.524,81	
	Matérias		6.138.868,70	5.774.524,81
62	Fornecimentos e serviços externos		26.267.745,77	28.630.354,31
64	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	20.271.973,84	19.692.695,52	
643 a 648	Encargos sociais:	5.884.418,93	5.642.672,52	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		4.123.556,58	3.727.985,11
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		22.057.401,45	20.185.199,55
67	Provisões		846.885,93	1.044.713,90
65	Outros custos e perdas operacionais		1.655.316,17	1.141.468,76
	(A)		87.246.167,37	85.839.614,48
68	Custos e Perdas Financeiras		1.365.652,38	1.165.088,11
	(C)		88.611.819,75	87.004.702,59
69	Custos e perdas extraordinárias		3.133.489,38	5.536.969,10
	(E)		91.745.309,13	92.541.671,69
	Imposto estimado para o período		34.687,05	75.589,70
	(G)		91.779.996,18	92.617.261,39
	Interesses não controlados		-509.842,17	-179.172,17
88	Resultado líquido do exercício atribuível ao Município da Maia		12.953.546,27	6.731.269,43
			104.733.542,45	99.348.530,82
	Proveitos e Ganhos			
71	Vendas :			
	Mercadorias	4.252,58	2.708,40	
	Venda de produtos	7.285.831,06	7.508.989,28	
	Prestações de Serviços	28.040.167,66	26.749.114,81	34.260.812,49
72	Impostos, taxas, Outros		46.858.946,97	41.672.377,91
	Variação da produção			
75	Trabalhos para a própria empresa			
73	Proveitos suplementares		117.929,82	115.404,26
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:		15.235.353,80	15.263.922,92
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		50.439,17	6.513,63
	(B)		97.592.921,06	91.319.031,21
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		290.925,31	280.890,95
	(D)		97.883.846,37	91.599.922,16
79	Proveitos e ganhos extraordinários		6.339.853,91	7.569.436,49
	(F)		104.223.700,28	99.169.358,65
	Resumo:			
	Resultados Operacionais:(B)-(A)=	10.346.753,69		5.479.416,73
	Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=	-1.074.727,07		-884.197,16
	Resultados Correntes:(D)-(C)=	9.272.026,62		4.595.219,57
	Resultado Líquido do Exercício:(F)-(G)=	12.443.704,10		6.552.097,26
	Resultado Líquido do período atribuível:			
	Município da Maia	12.953.546,27		6.731.269,43
	Interesses não controlados	-509.842,17		-179.172,17

ANEXO III

Ano 2018

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			
	31-dez-18	31-dez-17	Variação %
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	30.597.216,42	30.095.130	1,67%
Execução orçamental	25.740.897,33	25.475.364	1,04%
Operações de tesouraria	4.856.319,09	4.619.766	5,12%
Receitas orçamentais	108.490.319,04	83.103.219	10,36%
Correntes	100.113.085,97	80.691.352	3,28%
Capital	8.346.494,99	2.405.016	247,05%
Outras	30.738,08	6.851	348,68%
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	106.323.030,88	82.620.342	8,38%
Correntes	75.917.784,36	54.440.645	8,63%
Capital	30.405.246,52	28.179.697	7,90%
Saldo final	32.911.094,42	30.814.560	6,80%
Execução orçamental	27.908.185,49	25.958.241	7,51%
Operações de tesouraria	5.002.908,93	4.856.319	3,02%

Un:Euros

ANEXO IV – 1

Ano 2018
(unidade: euros)

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

ANO 2016

Espaço Municipal EEM / Município da Maia											Município da Maia / Espaço Municipal EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.129,32	0,00	215.129,32	0,00	Subsídios	0,00	215.129,32	0,00	215.129,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.857,96	0,00	54.857,96	0,00	Relações comerciais	0,00	54.857,96	0,00	54.857,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participações do capital em numeração	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numeração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	74.819,68	
Participações do capital em espécie	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	12.736.518,30	
Outros a)	0,00	121.618,96	0,00	0,00	121.618,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.618,96	0,00	121.618,96	
Total	12.811.337,98	121.618,96	0,00	0,00	12.932.956,94	0,00	269.987,28	0,00	269.987,28	0,00	Total	0,00	269.987,28	0,00	269.987,28	0,00	12.811.337,98	121.618,96	0,00	12.932.956,94	
a) A discriminar											a) A discriminar										

Espaço Municipal EEM / SMAS											SMAS / Espaço Municipal EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	4.729,31	20.388,27	0,00	22.868,55	2.249,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.729,31	20.388,27	0,00	22.868,55	
Participações do capital em numeração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numeração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	4.729,31	20.388,27	0,00	22.868,55	2.249,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.729,31	20.388,27	0,00	22.868,55	
a) A discriminar											a) A discriminar										

Espaço Municipal EEM / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM											Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM/Espaço Municipal EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos					Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final		Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291,37	0,00	2.291,37	0,00	Relações comerciais	2.291,37	0,00	0,00	2.291,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participações do capital em numeração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em numeração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291,37	0,00	0,00	2.291,37	0,00	Total	2.291,37	0,00	0,00	2.291,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
a) A discriminar											a) A discriminar										

ANEXO IV – 2

Fundação Conservatório de Música da Maia / Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	26.986,61	10.000,00	0,00	36.986,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51.986,61	10.000,00	0,00	36.986,61	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Uniforme
a) Transferência da titularidade da dívida detida pela Academia das Artes da Maia (extinta)

Município da Maia / Fundação Conservatório de Música da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.986,61	10.000,00	0,00	36.986,61	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.986,61	10.000,00	0,00	36.986,61	25.000,00

Uniforme
a) Transferência da titularidade da dívida detida pela Academia das Artes da Maia (extinta)

Tecmaia / Espaço Municipal, EEM.										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	6=(2+3)-(4+5)	7,00	8,00	9,00	10,00	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.898,46	0,00	78.898,46	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.898,46	0,00	78.898,46	0,00	0,00

Uniforme

Espaço Municipal, EEM/ Tecmaia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	6=(2+3)-(4+5)	7,00	8,00	9,00	10,00	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	78.898,46	0,00	78.898,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	78.898,46	0,00	78.898,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Uniforme

Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM / Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	1.216,64	0,00	1.216,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	36.774,44	0,00	36.774,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124.699,47	37.991,08	0,00	37.991,08	124.699,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Distribuição de dividendos

Município da Maia / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.216,64	0,00	1.216,64	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.774,44	0,00	36.774,44	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47	37.991,08	0,00	37.991,08	124.699,47

a) Distribuição de dividendos

ANEXO IV – 3

Tipo de fluxos	Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM / SMAS					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	51,95	800,89	0,00	768,35	84,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51,95	800,89	0,00	768,35	84,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo de fluxos	SMAS / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,95	800,89	0,00	768,35	84,49
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,95	800,89	0,00	768,35	84,49

Tipo de fluxos	Maaambiente EEM / Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.399.680,00	0,00	1.399.680,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	98.268,00	91.733,75	0,00	113.542,32	76.459,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.594.661,69	91.733,75	0,00	113.542,32	1.572.853,12	0,00	1.399.680,00	0,00	1.399.680,00	0,00

Tipo de fluxos	Município da Maia / Maaambiente, EEM					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1.399.680,00	0,00	1.399.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.268,00	91.733,75	0,00	113.542,32	76.459,43
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.399.680,00	0,00	1.399.680,00	0,00	1.594.661,69	91.733,75	0,00	113.542,32	1.572.853,12

Tipo de fluxos	Maaambiente, EEM/SMAS					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.076,16	6.879.666,89	0,00	6.888.982,91	225.760,14
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.548.367,69	6.944.717,81	0,00	6.879.666,89	1.613.418,61
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	226,38	3.189,92	0,00	3.071,30	345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	75.337,64	0,00	75.337,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	226,38	78.527,56	0,00	78.408,94	345,00	1.783.443,85	13.824.384,70	0,00	13.768.649,80	1.839.178,75

a) Prestação de serviços

Tipo de fluxos	SMAS/Maaambiente, EEM					Direitos/recebimentos				
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	235.076,16	6.879.666,89	0,00	6.888.982,91	225.760,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226,38	3.189,92	0,00	3.071,30	345,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.337,64	0,00	75.337,64	0,00
Total	1.783.443,85	13.824.384,70	0,00	13.768.649,80	1.839.178,75	226,38	78.527,56	0,00	78.408,94	345,00

a) Prestação de serviços

ANEXO IV – 4

Tipo de fluxos	SMAS/Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291,51	28.267,55	0,00	29.543,89	1.015,17
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	506.246,14	0,00	506.246,14	0,00	0,00	506.211,18	0,00	506.211,18	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	506.246,14	0,00	506.246,14	0,00	2.291,51	534.478,73	0,00	535.755,07	1.015,17

Tipo de fluxos	Município da Maia/SMAS					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	2.291,51	28.267,55	0,00	29.543,89	1.015,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	506.211,18	0,00	506.211,18	0,00	0,00	506.246,14	0,00	506.246,14	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.291,51	534.478,73	0,00	535.755,07	1.015,17	0,00	506.246,14	0,00	506.246,14	0,00

Tipo de fluxos	Maaambiente, EEM / Espaço Municipal EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	2.216,76	0,00	0,00	2.216,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.216,76	0,00	0,00	2.216,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM / Maaambiente, EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.216,76	0,00	0,00	2.216,76	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.216,76	0,00	0,00	2.216,76	0,00

Tipo de fluxos	Tecmaia / Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	35.787,10	0,00	0,00	0,00	35.787,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	2.799.390,00	0,00	0,00	0,00	2.799.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	634.782,16	657.571,87	0,00	0,00	1.292.354,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.469.959,26	657.571,87	0,00	0,00	4.127.531,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Dívida da Tecmaia à Direção Geral de Impostos paga pelo Município

Tipo de fluxos	Município da Maia / Tecmaia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.787,10	0,00	0,00	0,00	35.787,10
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.799.390,00	0,00	0,00	0,00	2.799.390,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros b)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	634.782,16	657.571,87	0,00	0,00	1.292.354,03
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.469.959,26	657.571,87	0,00	0,00	4.127.531,13

b)

Tipo de fluxos	MAIA IMO / Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.195,12	0,00	3.195,12	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.195,12	0,00	3.195,12	0,00

a) Renda

Tipo de fluxos	Município da Maia / MAIA IMO					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	3.195,12	0,00	3.195,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3.195,12	0,00	3.195,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Renda

ANEXO V

Mapa de Efetivos por Categorias																			
Município			Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia						Maia ambiente			Espaço Municipal				SMAS			
	2018	2017			2018	2017			2018	2017			2018	2017			2018	2017	
Dirigente - Intermédio	31	22	9	1	1	0	0	2	2	0	18	14	4	17	17	0			
Técnico Superior	292	335	-43	1	-1	1	1	1	1	0	9	9	0	14	14	0			
Assistente Técnico	218	218	0	4	4	0	8	5	3	3	3	3	0	34	32	2			
Assistente Operacional	381	381	0	2	3	-1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0			
Informáticos	11	10	1	1	-1	4	4	0						3	3	0			
Polícia Municipal	19	16	3	3	-3	4	3	1						89	86	3			
Outros	19	18	1	Fiscal Vigilante Coordenador	1	-1	1	1	0					2	2	0			
				Fiscais Vigilantes	5	-5	6	6	0										
				Coordenador de Manutenção	2	1	1	25	26	-1									
				Auxiliar de Serviços Gerais	1	1	0	74	77	-3									
				Agente Fiscalização Estacionamento	3	3													
				Agente Fiscalização Encarregado	5	5													
					3	3													
Total	971	1000	-29	Total	21	21	0	Total	126	126	0	Total	31	26	5	Total	162	156	6

Mapa de Efetivos por Categorias												
Fundação Conservatório de Música da Maia				TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.				Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.				
	2018	2017			2018	2017			2018	2017		
Técnicos Superiores	2	2	0	Direcção Geral	0	0	0	Dirigentes	7	7	0	
Escrutinários	3	3	0	Direcção / Chefias Serviços	0	0	0	Técnico Superior	15	14	1	
Contínuos	2	2	0	Técnicas	0	0	0	Assistente Técnico	7	7	0	
Empregada de Limpeza	1	1	0	Administrativas	0	0	0	Informático	4	4	0	
Professores	5	5	0									
Total	13	13	0	Total	0	0	0	Total	33	32	1	



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas do **Município da Maia** (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 507.214.634 euros e um total de Fundos Próprios de 367.775.560 euros, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 12.443.704 euros) e a Demonstração dos Resultados Consolidada relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras*” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no ponto 8.2.6 das Notas ao Balanço Consolidado e à Demonstração Consolidada de Resultados, existem Ativos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efetiva concretização e à semelhança do procedimento adotado em exercícios anteriores, foram apenas objeto de divulgação.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Município da Maia

Outras Matérias

No ponto 8.2.9 das Notas ao Balanço Consolidado e à Demonstração Consolidada de Resultados, são transcritas as modificações à Opinião e os parágrafos de Ênfases constantes dos relatórios do auditor independente das participadas do Município, as quais deverão ser consideradas numa leitura integrada das Demonstrações Financeiras Consolidadas ora apresentadas.

Responsabilidades do Órgão Executivo pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão Executivo é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POICAL;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras Consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras Consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



Município da Maia

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maia, 27 de Maio de 2019

Estevés, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia

CÂMARA MUNICIPAL